**Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da** **Evoltz IV - São Mateus Transmissora de Energia S.A.**

O presente Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Evoltz IV - São Mateus Transmissora de Energia S.A. (“Escritura de Emissão”), é celebrado entre:

1. como emissora e ofertante das debêntures objeto desta Escritura de Emissão (“Debêntures”):

**Evoltz IV - São Mateus Transmissora de Energia S.A.** (nova denominação de ATE IV – São Mateus Transmissora de Energia S.A.), sociedade por ações, sem registro de companhia aberta, com sede no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Embaixador Abelardo Bueno, nº 199, sala 204, CEP 22.775-022, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (“CNPJ/ME”) sob o nº 07.114.999/0001-49 e na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (“JUCERJA”) sob o NIRE nº 33.3.0028131-2, neste ato representada nos termos de seu estatuto social (“Emissora” ou “Evoltz IV”);

1. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão, representando a comunhão dos titulares das Debêntures (conforme definido abaixo) (“Debenturistas”):

**Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n° 3.434, 2º andar, sala 201, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada nos termos de seus atos constitutivos (“Agente Fiduciário”); e

1. como interveniente-anuente:

**Evoltz Participações S.A.**,sociedade por ações, sem registro de emissor de valores mobiliários junto à CVM, com sede no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Embaixador Abelardo Bueno, nº 199, 2º andar, sala 204, CEP 22.775-040, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 28.037.759/0001-68 e na JUCERJA sob o NIRE nº 33.3.0032953-6, neste ato representada nos termos de seu estatuto social (“Garantidora”);

**RESOLVEM,** de mútuo acordo, celebrar a presente Escritura de Emissão, de acordo com os seguintes termos e condições:

**1. Definições**

* 1. Para os fins desta Escritura de Emissão, são considerados termos definidos, no singular ou no plural, os termos a seguir:

“Afiliada” significa, em relação à Emissora, qualquer pessoa física ou jurídica que controle, seja controlada ou esteja sob controle comum, devendo ser observado para o conceito de Afiliada as sociedades que controlam a Emissora, até o nível dos acionistas da Garantidora.

“AGE da Emissora” tem o significado previsto na Cláusula 2.1, item I.

“RCA da Garantidora” tem o significado previsto na Cláusula 2.1, item II.

“Agente Fiduciário” tem o significado previsto no preâmbulo.

“Amortização Extraordinária Obrigatória das Debêntures” tem o significado atribuído na Cláusula 5.15.

“ANBIMA” tem o significado previsto na Cláusula 3.1, item V.

“ANEEL” significa Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

“Atualização Monetária” tem o significado atribuído na Cláusula 5.6.

“Auditor Independente” significa um auditor independente registrado na CVM, dentre Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, Ernst & Young Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes e PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

“Agente de Liquidação” tem o significado previsto na Cláusula 4.9.

“B3” tem o significado previsto na Cláusula 3.1, item III.

“BNDES” significa o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

“Caixa Inicial” significa saldo de caixa e equivalente de caixa da Emissora após liquidação das Debêntures, pagamento da dívida do BNDES e distribuição de recursos aos seus acionistas.

“Cash EBITDA” significa o valor de geração de caixa livre calculado conforme metodologia do Anexo II a esta Escritura, nos mesmos períodos de apuração do Cash EBITDA Mínimo.

“Cash EBITDA Mínimo” significa os valores mínimos a serem pagos pela Emissora em cada Data de Pagamento, nos termos do no Anexo I a esta Escritura de Emissão, apurados de acordo com a metodologia de cálculo do Cash EBITDA.

“CCEE” significa Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

“CETIP21” significa o CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3.

“Código Civil” significa a Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.

“Código de Processo Civil” significa a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada.

“CNPJ” tem o significado previsto no preâmbulo.

“Contrato de Concessão” significa o Contrato de Concessão 008/2007, celebrado entre a ANEEL, a São Mateus Transmissora de Energia S.A. e a Abengoa Concessões Brasil Holding S.A em 11 de junho de 2007, conforme aditado de tempos em tempos.

“Contrato de Distribuição” tem o significado previsto na Cláusula 4.7.

“Contrato de Garantia” significa o “Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças”, celebrado nesta data, entre a Garantidora, o TPG Seville, a Emissora e o Agente Fiduciário

“CPST” significa o Contrato de Prestação de Serviço de Transmissão nº 008/2007, celebrado em 04 de setembro de 2007 entre a Emissora e o ONS (conforme definido abaixo), conforme aditado.

“Cronograma de Amortização” tem o significado atribuído na Cláusula 5.8.

“CUST” significam os Contratos de Uso do Sistema de Transmissão, celebrados entre o ONS, Emissora e os usuários do sistema de transmissão.

“Coordenador Líder” significa o Banco Modal S.A.

“CVM” significa Comissão de Valores Mobiliários.

“Data Base de Verificação” significa 15 de abril e 15 de outubro de cada ano.

“Data de Emissão” tem o significado previsto na Cláusula 4.3.

“Datas de Pagamento” tem o significado previsto na Cláusula 5.8.

“Data de Subscrição e Integralização” tem o significado previsto na Cláusula 5.4.

“Data de Vencimento” tem o significado previsto na Cláusula 5.5.

“Debêntures” tem o significado previsto no preâmbulo.

“Debêntures em Circulação” para fins de constituição de quórum, significa todas as Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria, bem como as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, (a) à Emissora ou à Garantidora; (b) a qualquer Afiliada das pessoas indicadas no item anterior; ou (c) a qualquer diretor, conselheiro, cônjuge, companheiro ou parente até o 3º (terceiro) grau de qualquer das pessoas referidas nos itens anteriores.

“Debenturistas” tem o significado previsto no preâmbulo.

“Destinação dos Recursos” tem o significado previsto na Cláusula 4.10.

“Dia Útil” significa qualquer dia, (ii) em relação às obrigações de pagamento previstas nesta Escritura de Emissão, inclusive para fins de cálculo, qualquer dia exceto sábados, domingos ou feriados declarados nacionais; (iii) para as demais finalidades, os dias em que os bancos comerciais não estão abertos ou estão autorizados, obrigados ou sob ordem regulatória de permanecerem fechados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ou Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e (iii) exclusivamente em relação às obrigações de registro, arquivamento ou obtenção de certidões ou documentos junto a repartições públicas, qualquer dia em que o respectivo cartório, ofício de notas ou repartição pública responsável pelo ato não esteja aberto ou esteja autorizado ou obrigado a permanecer fechado.

“Distribuições Permitidas” significa qualquer (i) distribuição a ser realizada pela Emissora (a) de dividendos já declarados relativos a exercícios sociais anteriores ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020; e/ou (b) por meio de redução de capital social no valor de até R$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais); e/ou (ii) redução do capital social da Emissora necessária para cumprimento da Destinação dos Recursos, respeitada a ordem de prioridade prevista na Cláusula 4.10 desta Escritura de Emissão

“Documentos da Operação” significa a Escritura de Emissão, o Contrato de Garantia e os respectivos aditamentos.

“Documentos do Projeto” significa, em conjunto, o Contrato de Concessão, os CPST e os CUST.

“Emissão” tem o significado previsto na Cláusula 2.1.

“Emissora” tem o significado previsto no preâmbulo.

“Encargos Moratórios” tem o significado previsto na Cláusula 5.11.

“Escritura de Emissão” tem o significado previsto no preâmbulo.

“Escriturador” tem o significado previsto na Cláusula 4.9.

“Evento de Inadimplemento” tem o significado previsto na Cláusula 8.1.

“Fiança” tem o significado previsto na Cláusula 5.20.

“Financiamento Longo Prazo BNDES” significa o financiamento concedido pelo BNDES à Emissora do meio do Contrato de financiamento Mediante Abertura de Crédito n° 09.2.0308.1, celebrado entre o BNDES e a Evoltz IV em 07 de dezembro de 2009, conforme aditado de tempos em tempos.

“FIP Seville” significa o Seville Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Fundo de Investimento em Participações, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 21.409.018/0001-11.

“Garantias” significa os direitos de garantia constituídos no âmbito do Contrato de Garantia e a Fiança.

“Geração de Caixa Excedente” significa, em uma determinada Data Base de Verificação, a diferença entre (i) o montante do Cash EBITDA da Emissora, tendo como base as demonstrações financeiras semestrais sem revisão de auditoria e as demonstrações financeiras anuais auditadas da Emissora, conforme aplicável; e (ii) o Cash EBITDA Mínimo.

“Instrução CVM 358” significa a Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada.

“Instrução CVM 400” significa a Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.

“Instrução CVM 476” significa a Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.

“Instrução CVM 583” significa a Instrução da CVM nº 583, de 20 de dezembro de 2016, conforme alterada.

“Investidores Profissionais” tem o significado previsto no artigo 9º‑A da Instrução CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada.

“IPCA” significa o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

“Jornais de Publicação” significa, em conjunto, os seguintes jornais de publicação da Emissora: o “Diário Oficial” e o “Monitor Mercantil”.

“JUCERJA” significa a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.

“Lei de Mercado de Capitais” tem o significado previsto na Cláusula 2.1.

“Lei de Sociedades por Ações” tem o significado previsto na Cláusula 2.1.

“Leis Anticorrupção” significa qualquer lei ou regulação que verse sobre atos de corrupção ou atos contra a administração pública, incluindo, mas não se limitando, a Lei nº 12.846/13, o Decreto nº 8.420/15, o Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal Brasileiro) e, conforme aplicável, o *U.S. Foreign Corrupt Practices Act de 1977* e o *UK Bribery Act de 2010*, conforme aplicável.

“MDA” tem o significado previsto na Cláusula 3.1, item III.

“MME” significa Ministério de Minas e Energia.

“Mudança Adversa Relevante” significa qualquer alteração adversa relevante (i) nas condições negociais, econômicas, financeiras, de *compliance*, socioambientais ou operacionais (incluindo desempenho ou ativos) da Emissora e da Garantidora que comprovadamente possam afetar a capacidade da Emissora e da Garantidora de cumprir com as obrigações pecuniárias no âmbito dos Documentos da Operação; ou (ii) na validade ou eficácia dos Documentos da Operação.

“Obrigações Garantidas” significa (i) as obrigações relativas ao pontual e integral pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Atualização Monetária e Juros Remuneratórios Aplicáveis, dos Encargos Moratórios e dos demais encargos relativos aos Documentos da Operação, quando devidos, seja nas respectivas datas de pagamento ou em decorrência de Resgate Antecipado das Debêntures, Amortização Extraordinária Obrigatória das Debêntures ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, conforme previsto nos Documentos da Operação; e (ii) as obrigações relativas a quaisquer outras obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora nos termos das Debêntures ou desta Escritura de Emissão, incluindo, sem limitação, os honorários do Agente Fiduciário, bem como quaisquer custos ou despesas que venham a ser arcados pelo Agente Fiduciário em relação a processos judiciais, procedimentos legais e qualquer medida judicial necessária para a proteção dos direitos dos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão.

“Oferta” tem o significado previsto na Cláusula 2.1.

“ONS” significa o Operador Nacional do Sistema Elétrico.

“Ônus” significa hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, encargo, gravame ou ônus, penhora, judicial ou extrajudicial, seja voluntário ou involuntário.

“Pacote de Garantias” significa, em conjunto, a Fiança e o Contrato de Garantia.

“Período de Ausência do IPCA” tem o significado previsto na Cláusula 5.6.2.

“Prêmio” tem o significado previsto na Cláusula 5.14.

“Prestadores de Serviço” significa, em conjunto, o Agente Fiduciário, o Agente de Liquidação, o Escriturador, o Auditor Independente e qualquer outro prestador de serviço aos Debenturistas.

“Projeto” significa, o sistema de transmissão localizado nos Estados de Santa Catarina e Paraná, composto pelas linhas de transmissão Bateias-Curitiba, com 37 km de extensão em 525 kV, e Canoinhas-São Mateus, com 48 km de extensão em 230 kV, bem como as entradas de linha nas respectivas subestações associadas, e, adicionalmente, à realização de investimentos sociais não contemplados nas condicionantes do processo de licenciamento ambiental, conforme definido no Contrato de Concessão.

“Resgate Antecipado Facultativo” tem o significado previsto na Cláusula 5.14.

“Saldo Devedor Total” tem o significado previsto na Cláusula 5.14.

“Taxa SELIC” significa a taxa média diária determinada pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia de títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional.

“TPG Seville” significa o TPG Seville SPV, LLC.

“Transferências Permitidas” significa qualquer transferência de controle (considerando a definição de controle prevista no âmbito do artigo 116 da Lei de Sociedades por Ações), direta ou indireta, da Garantidora ou da Emissora, desde que o pretenso controlador seja: (a) uma entidade com rating mínimo, em escala local, AA+ atribuído pela Standard & Poor's ou pela Fitch Ratings, ou o seu equivalente atribuído pela Moody’s; ou (b) uma entidade com rating mínimo, em escala global, equivalente ao rating local AA+, atribuído pela Standard & Poor's ou pela Fitch Ratings, ou o seu equivalente atribuído pela Moody’s, caso referida sociedade não seja constituída sob as leis brasileiras; ou (c) um fundo soberano ou fundo de pensão de um país com “grau de investimento”, desde que atribuído por qualquer das agências classificadoras de risco descritas nos itens (a) e (b) acima.

“Valor da Amortização Extraordinária” tem o significado atribuído na Cláusula 5.15, item I.

“Valor Nominal Atualizado” tem o significado previsto na Cláusula 5.6.

“Valor Nominal Unitário” tem o significado previsto na Cláusula 5.1.

“Valor Total da Emissão” tem o significado previsto na Cláusula 4.5.

**2. Autorização**

2.1 A emissão das Debêntures, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei de Sociedades por Ações”) (“Emissão”), a oferta pública com esforços restritos de distribuição das Debêntures, nos termos da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei de Mercado de Capitais”), da Instrução CVM 476, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis (“Oferta”), e a celebração desta Escritura de Emissão, do Contrato de Garantia e do Contrato de Distribuição serão realizadas com base nas seguintes deliberações:

I. da assembleia geral extraordinária de acionistas da Emissora, realizada em 06 de novembro de 2020 (“AGE da Emissora”); e

II. da reunião do conselho de administração da Garantidora, realizada em 06 de novembro de 2020 (“RCA da Garantidora”).

**3. Requisitos**

3.1 A Emissão, a Oferta e os demais Documentos da Operação serão realizados com observância aos seguintes requisitos:

1. Arquivamento *e publicação da ata da AGE da Emissora.* Nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei de Sociedades por Ações, a ata da AGE da Emissora será arquivada na JUCERJA, e publicada nos Jornais de Publicação;
2. Arquivamento *e publicação da ata da RCA da Garantidora.* A ata da RCA da Garantidora será arquivada na JUCERJA e publicada nos termos da Lei de Sociedades por Ações e do estatuto social da Garantidora.
3. Registro *desta Escritura de Emissão e seus Aditamentos*. Nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei de Sociedades por Ações e do artigo 129 e 130 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada:
4. esta Escritura de Emissão e seus aditamentos serão protocolados para registro na JUCERJA em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de celebração desta Escritura de Emissão e de quaisquer aditamentos;
5. esta Escritura de Emissão e seus aditamentos serão protocolados para registro no cartório de registro de títulos e documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de janeiro;
6. (i) cópias digitalizadas em formato .pdf desta Escritura de Emissão e de seus aditamentos com a certificação digital de registro na JUCERJA e comprovação de registro nos cartórios de registro de títulos e documentos descritos no item “(b)” acima serão apresentados ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis da conclusão dos registros mencionado nos subitens “(a)” e “(b)” acima; e (ii) uma via original desta Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos serão entregues ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis da conclusão dos registros mencionados no subitem “(b)” acima.
7. *Depósito para Distribuição e Negociação*. As Debêntures serão depositadas para distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão - Segmento Cetip UTVM (“B3”), sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da B3. As Debêntures serão depositadas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21, sendo as negociações liquidadas financeiramente na B3 e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3. As Debêntures somente poderão ser negociadas no mercado de balcão organizado após 90 (noventa) dias, contados de cada subscrição ou aquisição pelos Investidores Profissionais, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e na Deliberação CVM nº 849, de 31 de março de 2020, conforme vigente, sujeito às exceções dos Inciso I e II do artigo 13, desde que a Emissora tenha cumprido com as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476.
8. *Registro da Oferta pela CVM*. A Oferta está automaticamente dispensada de registro pela CVM, nos termos do artigo 6 da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição;
9. *Registro da Oferta na ANBIMA*. A Oferta será objeto de registro pela ANBIMA – Associação *Brasileira* das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”), nos termos do inciso II do artigo 16 e do inciso V do artigo 18do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliário*s*;
10. *Contrato de Garantia.* O Contrato de Garantia e seus respectivos aditamentos serão celebrados e registrados nos cartórios de registro de títulos e documentos competentes, nos termos e condições estabelecidos nessa Escritura de Emissão e no *Contrato* de Garantia, conforme o caso. A Emissora deverá entregar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original do Contrato de Garantia e de seus respectivos aditamentos em até 5 (cinco) Dias Úteis da conclusão dos registros; e
11. *Autorização do BNDES*. Apresentação pela Emissora de aprovação prévia e expressa para o pré-pagamento, pela Emissora, do Financiamento de Longo Prazo BNDES.

**4. Objeto Social da Emissora e Características da Oferta**

4.1 *Objeto Social*. A Emissora tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de construção.

4.2 *Número da Emissão*. As Debêntures representam a primeira emissão de debêntures da Emissora.

4.3 *Data de Emissão*. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 16 de novembro de 2020 (“Data de Emissão”).

4.4 *Séries*. A Emissão será realizada em série única.

4.5 *Valor Total da Emissão*. O valor total da Emissão será de R$70.000.000,00 (setenta milhões de reais), na Data de Emissão (“Valor Total da Emissão”).

4.6 *Quantidade*. Serão emitidas 70.000 (setenta mil) Debêntures.

4.7 *Colocação*. As Debêntures serão objeto de oferta pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Lei de Mercado de Capitais, da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, e do “Contrato de Coordenação e Distribuição Pública da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Evoltz IV – São Mateus Transmissora de Energia S.A.” (“Contrato de Distribuição”), com a intermediação do Coordenador Líder, sob o regime de garantia firme de colocação para o Valor Total da Emissão, tendo como público alvo Investidores Profissionais. O Coordenador Líder poderá acessar até 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais, sendo que as Debêntures poderão ser subscritas e integralizadas por até 50 (cinquenta) Investidores Profissionais.

4.8 *Prazo de Subscrição*. Respeitados os requisitos a que se referem as Cláusulas 3 e 5.4, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição da Oferta, observado o disposto nos artigos 7º‑A, 8º, parágrafo 2º, e 8-A da Instrução CVM 476.

4.9 *Escriturador e Agente de Liquidação*. A instituição prestadora de serviços de escrituração e agente de liquidação das Debêntures é a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3.434, 2º andar, sala 201, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0001-91 (“Escriturador” e “Agente de Liquidação”, conforme o caso).

4.10 *Destinação dos Recursos*. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Emissão serão integralmente utilizados pela Emissora (em conjunto, “Destinação dos Recursos”): (a) prioritariamente para o pagamento integral da dívida obtida por meio do Financiamento Longo Prazo BNDES, em até 10 (dez) Dias Úteis da Data de Subscrição e Integralização (conforme definido abaixo); (b) após a quitação integral da obtida por meio do Financiamento Longo Prazo BNDES, nos termos desta Escritura de Emissão, para a realização de quaisquer das atividades previstas no seu objeto social, incluindo, mas não se limitando a distribuição de dividendos a seus acionistas e/ou redução de capital da Emissora.

4.10.1. A Emissora deverá encaminhar ao Agente Fiduciário toda a documentação necessária para a comprovação da Destinação de Recursos nos termos dos itens (a) e (b) da Cláusula 4.10 acima em até 15 (quinze) dias da ocorrência da Destinação dos Recursos, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários para fins de tal comprovação.

**5. Características das Debêntures**

5.1 Valor Nominal Unitário. As Debêntures terão valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”).

5.2 Conversibilidade e Forma. As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

5.3 Espécie. As Debêntures serão da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, nos termos do artigo 58 da Lei de Sociedades por Ações.

5.4 Forma de Subscrição e Integralização. As Debêntures serão subscritas e integralizadas por meio do MDA, em moeda nacional, à vista no ato da subscrição, em uma única data, pelo respectivo Valor Nominal Unitário na data da subscrição e integralização (“Data de Subscrição e Integralização”).

5.5 Prazo e Data de Vencimento. Ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, as Debêntures será de 84 (oitenta e quatro) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de outubro de 2027 (“Data de Vencimento”).

* 1. Atualização Monetária*.* O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, será atualizado monetariamente pela variação acumulada do IPCA, desde a data a Data de Subscrição e Integralização até a data do efetivo pagamento (“Atualização Monetária”), sendo o produto da Atualização Monetária incorporado ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável (“Valor Nominal Atualizado”). A atualização monetária será calculada conforme a fórmula abaixo:

*onde:*

**VNa** = Valor Nominal Atualizado das Debêntures, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

**VNe** = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

**C** = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

*onde:*

**n** = número total de índices considerados na Atualização Monetária das Debêntures, sendo “n” um número inteiro;

**NIk** = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria Data de Aniversário. O mês de atualização refere-se à data de cálculo da debênture; e

**NIk-1** = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês “k”.

**dup** = número de Dias Úteis entre a Data de Subscrição e Integralização ou a última Data de Aniversário (conforme abaixo definido) e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do índice de preço, sendo “dup” um número inteiro;

**dut** = número de Dias Úteis contados entre a última e a próxima Data de Aniversário, sendo “dut” um número inteiro;

*sendo que:*

(i) a aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à esta Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade;

(ii) o número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo;

(iii) considera-se data de aniversário o dia 15 (quinze) de cada mês (“**Data de Aniversário**”);

(iv) considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas Datas de Aniversário consecutivas das Debêntures;

(v) os fatores resultantes da expressão:  são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

(vi) o produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento; e

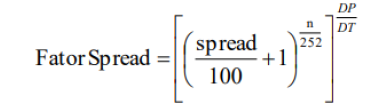
(vii) os valores dos finais de semana ou feriados serão iguais ao valor do Dia Útil subsequente, apropriando o pro rata do último Dia Útil anterior.

* + 1. No caso de indisponibilidade temporária do IPCA quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão para as Debêntures, será utilizada, em sua substituição, para a apuração do IPCA, a projeção do IPCA calculada com base na média coletada junto ao Grupo Consultivo Permanente Macroeconômico da ANBIMA, informada e coletada a cada projeção do IPCA-15 e IPCA Final, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior do IPCA.
    2. Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 30 (trinta) dias contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação (“Período de Ausência do IPCA”) ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial, o IPCA deverá ser substituído pelo seu substituto legal ou, no caso de inexistir substituto legal para o IPCA, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de até 5 (cinco) Dias Úteis a contar do final do prazo de 30 (trinta) dias acima mencionado ou do evento de extinção ou inaplicabilidade, conforme o caso, convocar Assembleia Geral de Debenturistas, na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão, para os Debenturistas definirem, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época (“Taxa Substitutiva”). Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, as projeções ANBIMA para o IPCA, coletadas junto ao Grupo Consultivo Permanente Macroeconômico da ANBIMA, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior do IPCA.
    3. Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, a referida não será mais realizada, e o IPCA, a partir de sua divulgação, voltará a ser utilizado para o cálculo do Valor Nominal Atualizado das Debêntures desde o dia de sua indisponibilidade.
    4. O novo parâmetro de remuneração definido conforme Cláusula 5.6.1.2 acima será vinculante para a Emissora, observado que, não havendo comum acordo com a Emissora, a Emissora terá o direito de realizar um Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures, de acordo com os termos estabelecidos na Cláusula 5.13 abaixo, porém em qualquer data e sem o pagamento do Prêmio ou qualquer outro prêmio de resgate antecipado.
  1. Juros Remuneratórios*.* sobre o Valor Nominal Atualizado das Debêntures incidirão juros remuneratórios a serem definidos de acordo com o procedimento de definição da Remuneração, a ser realizado no Dia Útil anterior à Data de Subscrição e Integralização ("**Procedimento de Definição da Remuneração**"), correspondentes ao que for maior na data de realização do Procedimento de Definição da Remuneração entre (i) a taxa indicativa divulgada pela ANBIMA do cupom da taxa interna de retorno da Nota do Tesouro Nacional, série B – NTN-B, com vencimento em 15 de maio de 2025 ("**NTN-B 2025**"), apurada pela cotação indicativa no fechamento do dia útil Anterior à data de realização do Procedimento de Definição da Remuneração (excluindo-se a data de realização do referido procedimento no cômputo de dias), conforme taxas indicativas divulgadas pela ANBIMA em sua página na internet (http://www.anbima.com.br), acrescida exponencialmente de um *spread* de até 3,00% (três por cento) ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; ou (ii) a variação acumulada do IPCA acrescida de sobretaxa de 4,80% (quatro inteiros e oitenta centésimos por cento) ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. Os Juros Remuneratórios deverão ser calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, sobre o Valor Nominal Atualizado das Debêntures, por Dias Úteis decorridos desde a Data de Subscrição e Integralização ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, e pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo) (“**Juros Remuneratórios**”). Os Juros Remuneratórios das Debêntures serão calculados de acordo com a seguinte fórmula:

**J = VNa x (Fator *Spread* – 1)**

onde:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **J** | *=* | valor dos Juros Remuneratórios das Debêntures devidos ao final de cada Período de Capitalização e calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento; |
| **VNa** | = | Valor Nominal Atualizado das Debêntures, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; |
| **Fator Juros** | = | Fator de spread fixo calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma: |



onde:

*Spread* = a ser definido no Procedimento de Definição da Remuneração e indicado com 4 (quatro) casas decimais. n = número de Dias Úteis entre a data do próximo Período de Capitalização e a data do evento anterior, sendo “n” um número inteiro.

DT = número de Dias Úteis entre o último e o próximo Período de Capitalização, sendo “DT” um número inteiro.

DP = número de Dias Úteis entre o último Período de Capitalização e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.

Considera-se “**Período de Capitalização**”, para fins desta Escritura de Emissão, **(i)**o intervalo de tempo que se inicia na Data de Subscrição e Integralização (inclusive) e termina na primeira Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme abaixo definido) (exclusive), para a o primeiro pagamento de Juros Remuneratórios; e **(ii)** o intervalo de tempo que se inicia na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior (inclusive), e termina na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios subsequente (exclusive), para o demais pagamentos de Juros Remuneratórios. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

* + 1. O resultado do Procedimento de Definição da Remuneração será ratificado por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão, a ser celebrado anteriormente à Data de Subscrição e Integralização, sem a necessidade de qualquer deliberação societária adicional da Companhia e/ou de qualquer dos Fiadores ou assembleia geral de Debenturistas.
    2. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures, eventos de Amortização Extraordinária obrigatória das Debêntures, ou do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, os Juros Remuneratórios serão pagos em 13 (treze) parcelas, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de outubro de 2021 (inclusive), e os demais em parcelas semestrais e consecutivas, a serem pagas sempre nos meses de abril de outubro de cada ano (exclusive), até a Data de Vencimento, nas mesmas datas de pagamento previstas no Cronograma de Amortização (conforme definido abaixo).
  1. Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal Atualizado. O Valor Nominal Atualizado das Debêntures deverá ser amortizado pela Emissora em 13 (treze) parcelas, devidas nas Datas de Pagamento, sendo a primeira devida em 15 de outubro de 2021 (inclusive), e as demais em parcelas , a serem pagas sempre nos meses de abril e outubro de cada ano (exclusive), até a Data de Vencimento, de acordo com o seguinte cronograma de amortização (“**Cronograma de Amortização**”):

|  |  |
| --- | --- |
| **Percentual de Amortização das Debêntures (em relação ao Saldo do Valor Nominal Atualizado das Debêntures na Data de Pagamento)** | **Data de Pagamento** |
| 3,7600% | 15/10/2021 |
| 5,8880% | 15/04/2022 |
| 8,4006% | 15/10/2022 |
| 10,7195% | 15/04/2023 |
| 13,5925% | 15/10/2023 |
| 16,6754% | 15/04/2024 |
| 21,0800% | 15/10/2024 |
| 25,1715% | 15/04/2025 |
| 31,2999% | 15/10/2025 |
| 34,1296% | 15/04/2026 |
| 33,4884% | 15/10/2026 |
| 53,3852% | 15/04/2027 |
| 100,0000% | Data de Vencimento |

5.9 Local de Pagamento. Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão, serão realizados (i) pela Emissora, no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal Atualizado, aos Juros Remuneratórios e aos Encargos Moratórios, e com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na B3, por meio da B3; e/ou (ii) pela Emissora, nos demais casos, por meio do Escriturador, caso as Debêntures não estejam custodiadas eletronicamente na B3.

5.10 Prorrogação dos Prazos. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia que não seja Dia Útil, não sendo devido qualquer acréscimo aos valores a serem pagos.

5.11 Multa e Encargos Moratórios. Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Emissora aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Atualização Monetária e dos Juros Remuneratórios, incidirão, sobre todos e quaisquer valores em atraso (a) multa não-compensatória no valor equivalente a 2% (dois por cento) do montante principal em atraso, e (b) juros de mora equivalente a 1% (um inteiro por cento) ao ano, calculados *pro rata temporis* a partir da data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento (em conjunto, “Encargos Moratórios”), independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

5.12 Término dos Direitos aos Acréscimos. O não comparecimento de um Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos desta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, observado, todavia, que todos os direitos adquiridos pelo Debenturista até a data do respectivo vencimento ou pagamento serão preservados, e os montantes permanecerão disponíveis ao Debenturista.

5.13 Repactuação Programada. Não haverá repactuação programada.

5.14 Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo a partir da Data de Emissão, e com aviso prévio de 5 (cinco) Dias Úteis aos Debenturistas (por meio de publicação de anúncio nos Jornais de Publicação ou por meio de envio de notificação individual a todos os Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário), ao Agente Fiduciário, ao Escriturador, ao Agente de Liquidação e à B3, o resgate antecipado da totalidade das Debêntures (e não menos do que a totalidade), com o consequente cancelamento de tais Debêntures (“Resgate Antecipado Facultativo”), mediante o pagamento do Valor Nominal Atualizado das Debêntures, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios aplicáveis, calculados *pro rata temporis* a partir da Data de Subscrição e Integralização ou da Data de Pagamento aplicável imediatamente anterior, conforme aplicável, até a data do efetivo pagamento (“Saldo Devedor Total”), acrescido de prêmio, incidente sobre o valor do resgate (sendo que o valor do resgate significa o saldo do Valor Nominal Atualizado da Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculada *pro rata temporis* desde da Data de Subscrição e Integralização ou a Data de Pagamento imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento), correspondente a (“Prêmio”):

1. 1,90% (um inteiro e noventa centésimos por cento), caso o Resgate Antecipado Facultativo seja realizado entre a Data de Emissão (inclusive) e 15 de outubro de 2021 (exclusive);
2. 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento), caso o Resgate Antecipado Facultativo seja realizado entre 15 de outubro de 2021 (inclusive) e 15 de outubro de 2022 (exclusive);
3. 1,10% (um inteiro e dez centésimos por cento), caso o Resgate Antecipado Facultativo seja realizado entre 15 de outubro de 2022 (inclusive) e 15 de outubro de 2023 (exclusive);
4. 0,70% (setenta centésimos por cento), caso o Resgate Antecipado Facultativo seja realizado entre 15 de outubro de 2023 (inclusive) e 15 de outubro de 2024 (exclusive); e
5. 0,40% (quarenta centésimos por cento), caso o Resgate Antecipado Facultativo seja realizado entre 15 de outubro de 2024 (inclusive) e a Data de Vencimento (exclusive).

5.14.1. O Resgate Antecipado Facultativo, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na B3, deverá ocorrer de acordo com os procedimentos da B3, e, caso as Debêntures não estejam custodiadas eletronicamente na B3, o Resgate Antecipado Facultativo deverá ser realizado em conformidade com os procedimentos operacionais do Escriturador.

5.14.2. Não será permitido o resgate antecipado facultativo parcial das Debêntures.

5.14.3. Para evitar quaisquer dúvidas, caso o pagamento do Resgate Antecipado Facultativo ocorra em data que coincida com qualquer Data de Pagamento, o Prêmio previsto na Cláusula 5.13 acima incidirá sobre o Saldo Devedor Total, líquido de tais pagamentos do Valor Nominal Atualizado das Debêntures e/ou dos Juros Remuneratórios, caso estes já tenham sido devidamente realizados na data de pagamento do Resgate Antecipado Facultativo, nos termos desta Escritura de Emissão.

* 1. Amortização Extraordinária Obrigatória das Debêntures. Para os fins da amortização extraordinária obrigatória das Debêntures, na hipótese e conforme valores e procedimentos definidos nesta Cláusula (“Amortização Extraordinária Obrigatória das Debêntures”), a Emissora deverá:

1. No prazo de 5 (cinco) Dias Úteis antes de cada Data de Pagamento, notificar o Agente Fiduciário informando:

A) respectivo montante de Geração de Caixa Excedente; e

B) o valor da Amortização Extraordinária Obrigatória das Debêntures, que será correspondente a diferença apurada entre (B.1) o montante de Geração de Caixa Excedente; e (B.2) o valor de amortização do Valor Nominal Atualizado das Debêntures e dos Juros Remuneratórios a serem pagos na próxima Data de Pagamento, utilizando-se como valor projetado do IPCA para os dias remanescentes até a próxima Data de Pagamento a projeção do IPCA calculada com base na média coletada junto ao Grupo Consultivo Permanente Macroeconômico da ANBIMA, informada e coletada a cada projeção do IPCA-I5 e IPCA Final (sendo o resultado o “Valor da Amortização Extraordinária”).

1. No prazo de 3 (três) Dias Úteis antes de cada Data de Pagamento, caso tenha sido apurado um Valor da Amortização Extraordinária positivo, notificar, nos termos da regulamentação aplicável da CVM, os Debenturistas, o Agente Fiduciário, o Escriturador, o Agente de Liquidação e a B3, informando sobre a amortização extraordinária das Debêntures e o Valor da Amortização Extraordinária, a ser realizada na próxima Data de Pagamento.
2. Em cada respectiva Data de Pagamento, realizar a Amortização Extraordinária Obrigatória das Debêntures, no montante correspondente ao Valor da Amortização Extraordinária, mediante o pagamento parcial do Saldo Devedor Total, observado que a amortização do Valor Nominal Atualizado das Debêntures, sem qualquer prêmio, e observado do limite de 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Atualizado.

5.15.1 A Amortização Extraordinária Obrigatória das Debentures, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na B3, deverá ocorrer de acordo com os procedimentos da B3 e, caso as Debêntures não estejam custodiadas eletronicamente na B3, a Amortização Extraordinária Obrigatória das Debentures deverá ser realizada em conformidade com os procedimentos operacionais do Escriturador.

5.16. Direito ao Recebimento dos Pagamentos. Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão aqueles que forem Debenturistas no encerramento do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

5.17. Comprovação de Titularidade. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato das Debêntures emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3, será reconhecido como comprovante de titularidade o extrato em nome do Debenturista emitido pela B3.

5.18. Imunidade Tributária. Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Agente de Liquidação ou ao Escriturador, conforme o caso, com, no mínimo, 10 (dez) Dias Úteis de antecedência à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, a documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

5.19. Garantias. As Obrigações Garantidas são garantidas pelas seguintes Garantias:

I. *Alienação Fiduciária de Ações da Emissora:* alienação fiduciária pela Garantidora e pelo TPG Seville, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, de acordo com as disposições dos artigos 1.361 e seguintes do Código Civil e dos artigos 40, 100 e 113 da Lei de Sociedades por Ações, as ações representantes de 100% (cem por cento) do capital social da Emissora. A alienação fiduciária de ações recairá sobre todos os direitos futuros e presentes das ações do capital social da Emissora, toda e qualquer nova ação emitida pela Emissora, direitos de subscrição, debêntures conversíveis, certificados, opções de compra, e quaisquer outros títulos representativos, ou que possam no futuro representar, direitos sobre o capital social da Emissora, de acordo com os termos e condições do Contrato de Garantia;

II. *Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Garantidora e do TPG* *Seville:* cessão fiduciária pela Garantidora e pelo TPG Seville, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, todos e quaisquer recursos provenientes de alienações e transferências, pela Garantidora e pelo TPG Seville, das ações de emissão da Emissora por eles detidas, de acordo com os termos e condições do Contrato de Garantia; e

III. *Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Emissora:* a Emissora se obriga a ceder fiduciariamente em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros emergentes do Contrato de Concessão, inclusive os relativos a eventuais indenizações devidas à Emissora em decorrência da extinção ou revogação do Contrato de Concessão, de acordo com os termos e condições do Contrato de Garantia.

5.20 Fiança da Garantidora. A Garantidora, neste ato, se obriga, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, como fiadora e principal pagadora, responsável pelo cumprimento de todas as Obrigações Garantidas a qualquer tempo devidas, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, (“Fiança”), renunciando expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 824, 827, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil e dos artigos 130 e 794 do Código de Processo Civil.

I. Os pagamentos feitos pela Garantidora, em relação às Debêntures deverão ser realizados de forma que os Debenturistas recebam da Garantidora o montante que eles teriam recebido caso a própria Emissora tivesse realizado o respectivo pagamento, sem as deduções que não teriam sido realizadas caso a Emissora tivesse honrado o respectivo pagamento, fora do ambiente da B3.

II. A Garantidora, neste ato, renuncia ao direito de se sub-rogar nos direitos de crédito correspondentes as obrigações assumidas nesta cláusula até o recebimento integral pelos debenturistas de todos os valores oriundos das Obrigações Garantidas. Portanto, em relação aos valores efetivamente repagos pela Garantidora, esta somente terá o direito de exigir ou receber tais valores da Emissora após o recebimento integral pelos debenturistas de todos os valores oriundos das Obrigações Garantidas.

1. Verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento ou pagamento em atraso de quaisquer Obrigações Garantidas, o Agente Fiduciário será o responsável por requerer a execução, judicial ou extrajudicial da Fiança, conforme função que lhe é atribuída nesta Escritura de Emissão. A Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva quitação de todas as Obrigações Garantidas, sendo certo que a não execução da Fiança por parte do Agente Fiduciário não ensejará, em qualquer hipótese, perda do direito de execução pelos Debenturistas da Fiança.
2. A presente Fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida e vigente em todos os seus termos até o pagamento integral das Obrigações Garantidas, extinguindo-se imediata e automaticamente mediante seu integral cumprimento.

**6. Obrigações**

6.1  Observadas as demais condições previstas nesta Escritura de Emissão, a Emissora se obriga, ainda, a:

Informações

1. disponibilizar em sua página na internet e fornecer ao Agente Fiduciário: (a) no prazo de até 90 (noventa) dias contados da data de término de cada exercício social ou na data da sua publicação, o que ocorrer primeiro, cópia das suas demonstrações financeiras societárias relativas ao respectivo exercício social, auditadas por Auditor Independente; (b) no prazo de até 120 (cento e vinte) dias contados da data de término de cada exercício social ou na data da sua publicação, o que ocorrer primeiro, cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Garantidora; e (c) no prazo de até 115 (cento e quinze) dias contados da data de término de cada exercício social ou na data da sua publicação, o que ocorrer primeiro, cópia das demonstrações financeiras regulatórias com relatório realizado pelo Auditor Independente indicando o Cash EBITDA da Emissora; sendo todas as referidas demonstrações financeiras preparadas de acordo com a Lei de Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
2. fornecer ao Agente Fiduciário:
3. no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que forem realizados, avisos aos Debenturistas;
4. no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado da data de ocorrência, informações sobre a ocorrência de qualquer inadimplemento, pela Emissora ou pela Garantidora, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão e/ou em qualquer dos demais Documentos da Operação
5. no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado da data de ocorrência, informações sobre qualquer evento que causou ou possa causar uma Mudança Adversa Relevante. Na hipótese de a informação surgir de um evento, ato ou fato que requeira a divulgação de fato relevante pela Emissora, de acordo com a Instrução CVM 358, a informação deverá ser enviada ao Agente Fiduciário simultaneamente à divulgação ao mercado;
6. no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do registro na JUCERJA, uma via original desta Escritura de Emissão e de seus aditamentos;
7. no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado da data em que tomar ciência acerca de quaisquer notificações por parte de órgãos governamentais, instauração de ações judiciais ou decisões judiciais que envolvam aspectos ambientais e regulatórios relacionados ao Projeto;
8. no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado da data da respectiva citação ou notificação, a ocorrência de qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral relacionado a Emissora, que, na opinião razoável da Emissora, cause ou possa causar uma Mudança Adversa Relevante;
9. no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do respectivo recebimento, fornecer ao Agente Fiduciário informações sobre quaisquer penalidades fiscais, ambientais, ou concorrenciais, ente outras, impostas por órgãos governamentais contra a Emissora;
10. no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, informações e/ou documentos que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, incluindo mas não se limitando a informação e/ou documentação relacionada a aspectos socioambientais, se a informação solicitada estiver imediatamente disponível relacionados à Emissora, à Garantidora e ao Projeto, que se façam relevantes em relação a capacidade de cumprimento das obrigações previstas neste contrato. A Emissora se compromete a envidar os melhores esforços para enviar prontamente, em não mais que 10 (dez) Dias Úteis, qualquer outra informação e/ou documento solicitado pelo Agente Fiduciário que dependa de terceiros e/ou seja relacionado a processos judiciais ou administrativos;
11. na mesma data da convocação, pela Emissora, notificação sobre a realização de qualquer assembleia geral de Debenturistas;
12. até 30 de março de cada ano, cópias eletrônicas de qualquer documento ou outra informação solicitada pelo Agente Fiduciário para elaboração do relatório anual exigido na forma da Instrução CVM 583;
13. anualmente, declaração assinada por representantes legais da Emissora e da Garantidora, informando sobre (i) a prática e/ou manutenção, pela Emissora, Garantidora e suas Afiliadas, do compartilhamento de infraestrutura administrativa e recursos humanos, nos termos da Resolução Normativa da ANEEL nº 699, de 26 de janeiro de 2016 (“REN 699/16”) e Despacho nº 1.887, de 3 de julho de 2019; bem como (ii) o cumprimento, do disposto na REN 699/16.

Obrigações da Oferta e da Emissão

1. manter os Prestadores de Serviço contratados durante o período de duração das Debêntures, às suas próprias custas;
2. cumprir com as obrigações estabelecidas na Instrução CVM 476, especialmente as estabelecidas no Artigo 17;
3. manter arquivada toda a documentação relacionada à Oferta por até 5 (cinco) anos contados da notificação de encerramento da Oferta ou por período mais extenso, caso requerido pela CVM;
4. convocar assembleia geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que sejam do interesse dos Debenturistas, caso tal convocação seja de responsabilidade do Agente Fiduciário nos termos da lei e/ou desta Escritura de Emissão, mas o Agente Fiduciário não o faça no prazo aplicável, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data que tal convocação deveria ter sido feita pelo Agente Fiduciário;
5. comparecer, por meio de seus representantes, às assembleias gerais de Debenturistas, sempre que solicitado;
6. realizar o pagamento todas despesas razoavelmente incorridas e documentadas pelo Agente Fiduciário na defesa dos interesses e direitos dos Debenturistas;
7. não revelar qualquer informação relacionada à Emissora, à Emissão e às Debêntures em descumprimento às normas aplicáveis, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 476 e ao artigo 48 da Instrução CVM 400;
8. manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário até o seu integral pagamento, arcando com todos os custos associados;
9. arcar com todas as despesas relacionadas (i) à distribuição das Debêntures, incluindo os custos relacionados ao depósito na B3; (ii) ao registro e à publicação dos atos necessários à Emissão, incluindo a Escritura de Emissão, seus aditamentos e aprovações societárias; (iii) à contratação do Agente Fiduciário, do Escriturador e do Agente de Liquidação; e (iv) ao registro do Contrato de Garantia e seus respectivos aditamentos;
10. cumprir com todas as solicitações feitas pela CVM e as solicitações lícitas e razoáveis feitas pelas ANBIMA e B3;
11. manter órgão para atender aos Debenturistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
12. manter os livros de contabilidade atualizados e realizar os registros aplicáveis, de acordo com prática contábil adotada no Brasil, dando acesso aos representantes do Agente Fiduciário a: (i) qualquer relatório preparado por auditores independentes em relação às demonstrações financeiras da Emissora e da Garantidora; (ii) os livros e outros registros contábeis da Emissora e da Garantidora; e
13. cumprir com as Instruções CVM 358 e 400 relativamente ao dever de sigilo e proibição de negociação.

6.2 Observadas as demais condições previstas nesta Escritura de Emissão, a Emissora e a Garantidora, conforme aplicável, se obrigam a:

Observância da Legislação

1. cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações do ONS, da ANEEL, do MME e dos demais órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades;
2. cumprir todas as leis ou regulamentações contra a prática de corrupção ou atos lesivos à administração pública, de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, incluindo, sem limitação, as Leis Anticorrupção;
3. cumprir com as disposições das regulações social e ambiental aplicáveis, bem como observar a legislação trabalhista e social relativa à saúde e à segurança no trabalho e não utilização de mão de obra infantil e análoga à escrava, incluindo a Política Nacional do Meio Ambiente e as Resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente;
4. adotar medidas preventivas ou reparatórias e ações para prevenir e corrigir danos ambientais oriundos das atividades descritas em seu estatuto social e se responsabilizar, única e exclusivamente, pela alocação dos recursos financeiros obtidos por meio da Oferta. Responsabilizar-se por todas as medidas necessárias ao desempenho das atividades mencionadas cumprindo com determinações de órgãos municipais, estaduais e federais que regulem padrões ambientais;
5. obter tempestivamente e manter válidas e vigentes todas as licenças, concessões, autorizações e permissões materiais, incluindo as ambientais, necessárias para o desenvolvimento do Projeto;
6. obter tempestivamente e manter válidas, eficazes e vigentes todas as autorizações necessárias para a celebração desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Operação pela Emissora, como também para o cumprimento das obrigações contidas na Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Operação;
7. realizar o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária quando devidas (municipal, estadual e federal) incluindo aquelas que incidam sobre as Debêntures, exceto por aquelas que estejam sendo questionadas de boa-fé no âmbito administrativo ou judicial;

Obrigações de Não Fazer

1. exceto pelas Distribuições Permitidas, não realizar qualquer outra forma de distribuição de recursos da Emissora para seus acionistas, incluindo redução de capital, repagamento de mútuos, dívidas subordinadas ou dividendos a não ser com autorização do Agente Fiduciário, agindo conforme as instruções dos Debenturistas;
2. em relação à Emissora, não incorrer em qualquer endividamento adicional sem a prévia e expressa anuência do Agente Fiduciário, agindo conforme as instruções dos Debenturistas;
3. não modificar a natureza ou o escopo do Projeto ou modificar as atividades da Emissora de forma que possa afetar direta ou indiretamente o integral e tempestivo cumprimento das obrigações contraídas nos termos do Contrato de Concessão e desta Escritura de Emissão;
4. em relação à Emissora, não deter participação em outras entidades, como sócio, acionista ou de outra forma permitida em lei;
5. em relação à Emissora, não receber outorga de outra concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica que não seja relacionada ao Contrato de Concessão, sendo permitido a celebração de reforços acordados com a ANEEL;
6. não transferir, ceder ou prometer ceder esta Escritura de Emissão, o Contrato de Garantia e os Documentos do Projeto, sem o prévio consentimento dos Debenturistas representados pelo Agente Fiduciário;
7. Não realizar operações fora do seu objeto social, assim como não praticar atos em desacordo com o seu estatuto social ou a Escritura.

Obrigações Gerais

1. obter e manter válida e vigente cobertura de seguro adequada para o Projeto, de acordo com o razoavelmente esperado conforme padrões do mercado e o estágio do Projeto;
2. permitir que o Agente Fiduciário, ou qualquer terceiro por ele indicado, inspecione o Projeto, observado que tal inspeção seja agendada com, no mínimo, 7 (sete) Dias Úteis de antecedência;
3. preservar e manter todos os bens e ativos necessários para a condução do Projeto, suas atividades e sua operação em boas condições de uso e funcionamento;
4. com relação à Emissora, cumprir com as obrigações estabelecidas no Contrato de Concessão;
5. utilizar os recursos obtidos com a Oferta exclusivamente conforme a Cláusula 4.10 e realizar a quitação do Financiamento de Longo Prazo BNDES em prazo de 5 (cinco) Dias Úteis da liquidação dos recursos decorrentes da Emissão; e
6. em relação à Emissora, sempre que em uma Data Base de Verificação o montante de Cash EBITDA Mínimo não for atingido, utilizar de seu Caixa Inicial ou solicitar à Garantidora aporte de capital de forma a cumprir com o Cash EBITDA Mínimo.

**7. Declarações da Emissora e da Garantidora**

7.1  A Emissora e a Garantidora, nesta data, declaram ao Agente Fiduciário, individualmente e exclusivamente com relação a si própria, que:

1. é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras, sem registro de emissora de valores mobiliários perante a CVM;
2. está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações, inclusive legais, societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão do Contrato de Garantia e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas e à realização da Emissão e da Oferta, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais, societários, regulatórios e de terceiros necessários para tanto, inclusive em relação à autorização do BNDES no âmbito do pré-pagamento do Financiamento de Longo Prazo BNDES, sendo certo que assim que houver a efetiva liquidação, o BNDES emitirá a Declaração de Quitação com a exoneração das garantias prestadas em favor do BNDES;
3. seus representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão e o Contrato de Garantia têm, conforme o caso, poderes societários e/ou outorgados para vincular a Emissora ou a Garantidora, conforme aplicável, quanto às obrigações aqui previstas e, sendo mandatários, têm os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
4. esta Escritura de Emissão, as obrigações aqui previstas e as obrigações estabelecidas no Contrato de Garantia constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, e constituem título executivo extrajudicial, de acordo com o Código de Processo Civil;
5. exceto pelo disposto nos Documentos da Oferta, nenhuma aprovação, autorização, consentimento, ordem, registro ou habilitação de ou perante qualquer instância judicial, órgão ou agência governamental ou órgão regulatório se faz necessário à celebração e ao cumprimento desta Escritura de Emissão e à realização da Emissão e da Oferta;
6. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão, do Contrato de Garantia e o cumprimento das obrigações aqui previstas e a realização da Emissão e da Oferta (a) não infringem o seu estatuto social; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual seja parte e/ou ao qual qualquer de seus ativos estejam sujeitos; (c) não resultarão em (c.i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento do qual seja parte e/ou ao qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; ou (c.ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (d) não resultarão na criação de qualquer Ônus sobre seus ativos (exceto em relação às Garantias); (e) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que a Emissora ou a Garantidora, conforme aplicável, e/ou qualquer de seus ativos esteja sujeita; e (f) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou a Garantidora, conforme aplicável, e/ou qualquer de seus ativos;
7. está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão e não ocorreu e não existe, na presente data, qualquer Evento de Inadimplemento;
8. as informações prestadas por ocasião da Oferta são verdadeiras, consistentes, precisas, completas e corretas, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada em relação à Oferta;
9. os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário e/ou aos potenciais Investidores Profissionais são verdadeiros, consistentes, precisos, completos e corretos, e estão atualizados até a data em que foram fornecidos, incluindo os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures e não omitem qualquer fato relevante necessário;
10. está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades;
11. obteve e atualmente mantém válidas, eficazes e em pleno vigor, pelo prazo necessário, todas as licenças, concessões, autorizações e permissões emitidas pelas autoridades governamentais brasileiras competentes, inclusive ambientais, necessárias na presente data para a implementação e/ou desenvolvimento do Projeto.
12. está cumprindo as condições sociais e ambientais estabelecidas pelas licenças ambientais;
13. está em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações aplicáveis impostas por lei, exceto em relação àquelas que estejam sendo contestadas em boa-fé e pelos procedimentos competentes;
14. cumpre com as Leis Anticorrupção;
15. inexiste (a) descumprimento de qualquer disposição legal ou de qualquer ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer processo, judicial, administrativo ou arbitral, inquérito ou qualquer tipo de investigação governamental, em qualquer caso, que possa causar uma Mudança Adversa Relevante;
16. exclusivamente em relação à Emissora: está plenamente ciente de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, não poderá emitir novas debêntures do mesmo tipo no prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta, exceto se a nova oferta seja registrada na CVM;
17. não está ciente de qualquer ligação entre a Emissora, a Garantidora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
18. mantém todos os ativos relevantes devidamente segurados, conforme razoavelmente esperado e em consonância com os padrões de mercado;
19. a Emissora está adimplente com todas as suas obrigações decorrentes do Contrato de Concessão;
20. as demonstrações financeiras da Emissora e da Garantidora, datadas de 31 de dezembro de 2019, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e da Garantidora nas datas respectivas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora e da Garantidora. Desde a data das demonstrações financeiras relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2019 e até a presente data não houve nenhuma Mudança Adversa Relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora ou a Garantidora, fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora ou para a Garantidora, não houve pagamento pela Emissora de dividendos, exceto em relação aos pagamentos de dividendos decorrentes das Distribuições Permitidas, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento do endividamento da Emissora, bem como a Emissora não contratou novas dívidas;
21. inexiste, na Data de Emissão, pendências judiciais, arbitrais e/ou administrativas não reveladas e/ou não indicadas nas Demonstrações Financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2019, ou no Anexo III a esta Escritura de Emissão que, a critério justificado, possam acarretar deterioração significativa e substancial na situação econômica, socioambiental ou financeira da Emissora;
22. todos os ativos da Emissora e da Garantidora encontram-se livres e desembaraçados de quaisquer Ônus, dívidas, dúvidas, tributos, encargos judiciais ou extrajudiciais, não existindo contra a Emissora ou a Garantidora qualquer ação ou procedimento judicial, administrativo ou fiscal que possa diretamente afetar adversamente tais ativos, ressalvadas as garantias prestadas em favor do BNDES no âmbito do Financiamento de Longo Prazo BNDES e o Pacote de Garantias.
23. até a presente data, nenhuma Mudança Adversa Relevante ocorreu ou permanece em vigor.

7.2  A Emissora, em caráter irrevogável e irretratável, obriga-se a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) diretamente incorridos (excluindo danos indiretos como, por exemplo, dano à imagem, perda de receita e lucros cessantes) e comprovados pelos Debenturistas e/ou pelo Agente Fiduciário exclusivamente em razão da falsidade e/ou incorreção de qualquer das declarações prestadas nesta Escritura de Emissão.

**8. Vencimento Antecipado**

8.1 Observado o disposto na Cláusula 8.1.1, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, independentemente de qualquer notificação, e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Atualizado das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Subscrição e Integralização ou da Data de Pagamento imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, se aplicável, dos Encargos Moratórios, mediante ocorrência de qualquer dos eventos previstos abaixo (cada evento, um “Evento de Inadimplemento”).

1. Insolvência, dissolução e outros. (a) Liquidação, dissolução, decretação de falência (ou qualquer outro procedimento similar na jurisdição em questão) da Emissora e/ou da Garantidora; (b) pedido de autofalência (ou qualquer outro procedimento similar na jurisdição em questão) formulado pela Emissora e/ou pela Garantidora; (c) apresentação, pela Emissora e/ou pela Garantidora, de plano de recuperação extrajudicial (ou qualquer outro procedimento similar na jurisdição em questão) a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido solicitada ou obtida a aprovação judicial do referido plano; (d) apresentação, pela Emissora e/ou pela Garantidora de plano de recuperação judicial (ou qualquer outro procedimento similar na jurisdição em questão) a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de referido plano ter sido aceito ou aprovado pelo juízo competente; ou (e) pedido de falência (ou qualquer outro procedimento similar na jurisdição em questão) apresentado por terceiros em face da Emissora e/ou da Garantidora não elidido e/ou suspenso, em ambos os casos, no prazo legal aplicável;
2. Transformação Societária. Transformação da forma societária da Emissora de sociedade por ações para qualquer outro tipo societário, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei de Sociedades por Ações;
3. Inadimplemento de obrigação pecuniária. Inadimplemento pela Emissora e/ou pela Garantidora de qualquer obrigação pecuniária decorrente desta Escritura de Emissão e/ou qualquer dos Documento da Operação perante os Debenturistas, desde que não seja sanado no prazo de 02 (dois) Dias Úteis, a partir da data de sua ocorrência.
4. Inadimplemento de obrigação não pecuniária. Inadimplemento, pela Emissora e/ou pela Garantidora de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão e/ou em qualquer dos demais Documentos da Operação, desde que não seja sanado no prazo de 20 (vinte) Dias Úteis contados da data da sua ciência, observado que referido prazo de cura não se aplicará às obrigações sujeitas a prazos de cura específicos.
5. Declarações. Caso qualquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou pela Garantidora nos termos desta Escritura de Emissão e/ou em qualquer dos demais Documentos da Operação, seja comprovadamente falsa, incorreta ou incompleta (sendo a incompletude de forma a tornar a informação enganosa), na data em que a declaração foi prestada.
6. *Vencimento Antecipado Cruzado (Cross-acceleration)* (nível do Projeto). Vencimento antecipado de obrigação financeira perante terceiros sob qualquer instrumento (exceto os Documentos da Operação) da Emissora, em valor igual ou superior a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas.
7. *Vencimento Antecipado Cruzado (Cross-acceleration)* (nível da Garantidora). Vencimento antecipado de obrigação financeira perante terceiros sob qualquer instrumento (exceto os Documentos das Operação) da Garantidora, em valor igual ou superior a R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas.
8. *Inadimplemento Cruzado (Cross-default)*. Inadimplemento de obrigação financeira perante terceiros no âmbito de endividamentos contraídos sob qualquer instrumento (exceto os Documentos da Operação), (a) da Garantidora, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), ou equivalente em outras moedas, ou (b) da Emissora, em valor individual ou agregado, igual ou superior a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, desde que o inadimplemento, em qualquer caso, não seja sanado dentro do prazo previsto no respectivo contrato, ou na ausência de prazo específico, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis da data do inadimplemento.
9. Protesto de títulos. Ensejará hipótese de vencimento antecipado não automático, protesto de títulos contra (a) a Garantidora, em valor individual ou agregado igual ou superior a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), e/ou (b) a Emissora, em valor individual ou agregado igual ou superior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); exceto se tiver sido validamente comprovado ao Agente Fiduciário, dentro do prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data da ciência do referido evento que (a) que os protestos foram anulados, suspensos ou cancelados; (b) o valor integral do protesto tenha sido depositado judicialmente; ou (c) qualquer outra garantia tenha sido depositada judicialmente e tenha sido aceita pelo juízo competente.
10. Descumprimento de decisão judicial ou arbitral. Ensejará hipótese de vencimento antecipado não automático, descumprimento pela Emissora e/ou pela Garantidora de decisão administrativa ou judicial ou arbitral (em todo caso, apenas na hipótese de ser exequível desde logo e não passíveis de recurso ou questionamento de qualquer natureza): (a) contra a Garantidora, no valor individual ou agregado igual ou superior a R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais); e (b) contra a Emissora, no valor individual ou agregado igual ou superior a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).
11. Mudança da estrutura acionária da Emissora. Se houver qualquer alteração na estrutura acionária direta da Emissora, inclusive uma alteração no controle da Emissora conforme definição do artigo 116 da Lei de Sociedades por Ações, exceto (A) pelas Transferências Permitidas, observado que qualquer venda de ações de emissão da Emissora estará sujeita à prévia aprovação pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, da parcela da receita proveniente da venda que deverá ser utilizada para amortização das Debêntures; e (B) pela transferência de 1 (uma) ação de emissão da Emissora ao TPG.
12. Transferência de Controle da Emissora e/ou da Garantidora. Se houver qualquer transferência de controle direta ou indireta da Emissora ou da Garantidora, sendo o controle indireto observado até o nível dos acionistas da Garantidora, conforme definição de controle prevista no âmbito do artigo 116 da Lei de Sociedades por Ações (e observado que não será considerada uma transferência de controle para nenhum fim dessa Escritura a transferência das ações da Garantidora detidas pelo FIP Seville para outro fundo de investimento cuja gestão e/ou indicação de comitê de investimentos seja realizada direta ou indiretamente pelo grupo TPG), exceto pelas Transferências Permitidas, observado que qualquer venda de ações de emissão da Emissora estará sujeita à prévia aprovação pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, da parcela da receita proveniente da venda que deverá ser utilizada para amortização das Debêntures.
13. Restruturação societária. Exceto pelas Transferências Permitidas, cisão, fusão, incorporação ou qualquer reestruturação societária envolvendo a Emissora que acarrete uma alteração no controle da Emissora, conforme definição do artigo 116 da Lei de Sociedades por Ações, incluindo incorporação de ações, que não tenha sido devidamente aprovada em assembleia geral de Debenturistas.
14. Endividamento adicional. Caso a Emissora incorra em qualquer endividamento adicional.
15. Distribuições. No caso de redução do capital social, distribuição e/ou pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de recursos pela Emissora às suas acionistas, que não tenha sido devidamente aprovada em assembleia geral de Debenturistas, exceto pelas Distribuições Permitidas.
16. Legislação socioambiental. (i) Existência de qualquer decisão administrativa ou judicial contra a Emissora e/ou a Garantidora e/ou envolvendo o Projeto por descumprimento de leis socioambientais (exceto se tal procedimento for arquivado ou suspenso no prazo de cura 30 (trinta) dias), ou (ii) existência de qualquer processo administrativo ou judicial contra a Emissora e/ou a Garantidora, por descumprimento da legislação sobre vedação de trabalho infantil e análogo à escravo, ou crime de favorecimento à prostituição.
17. Decisão judicial ou arbitral. Existência de qualquer decisão administrativa, judicial ou arbitral contra a Emissora e/ou a Garantidora que, independentemente do montante em discussão, impossibilite o cumprimento pela Emissora ou pela Garantidora de cumprir com as obrigações previstas nesta Escritura.
18. Procedimento Anticorrupção. Caso (i) um processo tenha sido iniciado por autoridade governamental, incluindo o Ministério Público, União Europeia e os seus Estados-membros, com a alegação de violação de qualquer disposição de lei ou regulação contra a prática de corrupção ou atos lesivos à administração pública, conforme definido pela Lei 12.846/13, incluindo, sem se limitar, as Leis Anticorrupção, pela Emissora e/ou pela Garantidora, no Brasil ou no exterior (exceto se tal processo seja arquivado ou suspenso em 30 (trinta) dias do seu início); ou (ii) tenha sido proferida uma decisão administrativa ou judicial exequível contra a Emissora e/ou a Garantidora, fundamentada no descumprimento por tais instituições das Leis Anticorrupção, cujo resultado possa impactar adversamente os interesses dos Debenturistas.
19. Objeto social. Qualquer mudança no estatuto social da Emissora e/ou da Garantidora que altere os respectivos objetos sociais, de forma a modificar as principais atividades atuais, ou acrescente a essas atividades novos negócios que possam prevalecer e representar desvios das atividades atualmente realizadas, ou que possa resultar em uma Mudança Adversa Relevante.
20. Constituição Voluntária de Ônus. Constituição voluntária de garantias pela Emissora e/ou pela Garantidora em relação aos ativos do Projeto, ou de qualquer Ônus sobre seus ativos ou recebíveis em relação ao Projeto, exceto pelo Pacote de Garantias ou em decorrência de depósitos judiciais realizados pela Emissora e/ou pela Garantidora.
21. Constituição Involuntária de Ônus. Constituição involuntária de Ônus sobre ativos ou recebíveis em relação ao Projeto (exceto em decorrência depósitos judiciais realizados pela Emissora e/ou pela Garantidora), (a) da Garantidora, em valor individual ou agregado igual ou superior a R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), e/ou (b) da Emissora, em valor individual ou agregado igual ou superior a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); observado, em qualquer caso, o prazo de cura de 30 (trinta) dias corridos.
22. Restrição de ativos. Existência de qualquer decisão administrativa ou judicial ou medida tomada por autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar ou de outra forma adquirir compulsoriamente os ativos relevantes da Emissora e/ou da Garantidora, que possa causar uma Mudança Adversa Relevante.
23. Destinação dos Recursos. Utilização, pela Emissora, dos recursos obtidos com a Emissão para propósito diferente daquele previsto nesta Escritura de Emissão.
24. Contrato de Concessão. Extinção do Contrato de Concessão, inclusive, por quaisquer dos motivos a seguir: (a) advento do termo contratual; (b) encampação do serviço; (c) caducidade; (d) rescisão; ou (e) anulação decorrente de vicio ou irregularidade constatados no procedimento ou no ato de sua outorga.
25. Autorizações e licenças. Não obtenção ou renovação tempestiva das licenças, autorizações ou qualquer outra forma de aprovação governamental necessária para realização do seu objeto social e que sejam necessárias (incluindo, mas não se limitando, a aspectos regulatórios, sociais e ambientais) para construção, implementação e/ou operação do Projeto, conforme o estágio do seu desenvolvimento, de acordo com a legislação aplicável, exceto em relação a atrasos de renovações cuja solicitação de tenha sido realizada tempestivamente, com atendimento dos requisitos aplicáveis e nos termos da legislação socioambiental.
26. Invalidade, nulidade ou inexequibilidade. Invalidade, nulidade ou inexequibilidade desta Escritura de Emissão e/ou qualquer dos demais Documentos da Operação.
27. Questionamentos pela Emissora e/ou pela Garantidora. Caso a Escritura de Emissão e/ou os Documentos da Operação sejam questionados judicialmente pela Emissora e/ou pela Garantidora.
28. Questionamentos por terceiros. Caso a Escritura de Emissão e/ou os Documentos da Operação sejam questionados judicialmente por terceiros, desde que tal questionamento não seja contestado, suspenso ou arquivado pela Emissora em 15 (quinze) Dias Úteis.
29. Cessão. Transferência ou qualquer outra forma de cessão ou promessa de cessão desta Escritura de Emissão, do Contrato de Garantia ou dos Documentos do Projeto, sem a prévia anuência dos Debenturistas.

8.1.1 Mediante a ocorrência dos Eventos de Inadimplemento e decurso dos prazos respectivamente estabelecidos nos itens “i”, “ii” e “iii”, da Cláusula 8.1, as Debêntures se tornarão imediatamente exigíveis, independentemente de comunicação ou notificação judicial ou extrajudicial, devendo o Agente Fiduciário enviar, em até 1 (um) Dia Útil, notificação com aviso de recebimento à Emissora.

8.1.2 Mediante a ocorrência de qualquer outro Evento de Inadimplemento previsto na Cláusula 8.1, as Debêntures se tornarão imediatamente exigíveis e o Agente Fiduciário deverá convocar, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contado da data em que tomar conhecimento da ocorrência de tal Evento de Inadimplemento, assembleia geral de Debenturistas, a ser instalada de acordo com os procedimentos e quóruns previstos na Cláusula 10 desta Escritura de Emissão. Na assembleia geral de Debenturistas, os Debenturistas poderão optar por declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, caso aprovado por deliberação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação em primeira convocação ou a maioria das Debêntures em Circulação em segunda convocação, sendo que, nesse caso, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado de todas as obrigações decorrentes das Debêntures.

8.1.3 Na hipótese: (i) de não instalação em segunda convocação da assembleia geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 8.1.2 acima por falta de quórum; (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista na Cláusula 8.1.2 acima por deliberação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação em primeira convocação ou a maioria das Debêntures em Circulação em segunda convocação; ou (iii) em caso de suspensão dos trabalhos para deliberação em data posterior, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

8.1.4 Na ocorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, a Emissora obriga-se a realizar o pagamento da totalidade das Debêntures, com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do Valor Nominal Atualizado das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios aplicáveis, calculados *pro rata temporis* a partir da Data de Subscrição e Integralização das Debêntures ou da Data de Pagamento imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos demais Documentos da Operação, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contado da data do vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

8.1.5 Na ocorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, os recursos recebidos em pagamento das obrigações decorrentes das Debêntures, inclusive em decorrência da execução do Pacote de Garantias, na medida em que forem sendo recebidos, deverão ser imediatamente aplicados na amortização ou, se possível, quitação do saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures. Caso os recursos recebidos em pagamento das obrigações decorrentes das Debêntures, inclusive em decorrência da execução do Pacote de Garantias, não sejam suficientes para quitar simultaneamente todas as obrigações decorrentes das Debêntures, tais recursos deverão ser imputados na seguinte ordem, de tal forma que, uma vez quitados os valores referentes ao primeiro item, os recursos sejam alocados para o item imediatamente seguinte, e assim sucessivamente: (i) quaisquer valores devidos pela Emissora e pela Garantidora nos termos desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos demais Documentos da Operação (incluindo a remuneração e as despesas incorridas pelo Agente Fiduciário), que não sejam os valores a que se referem os itens abaixo; (ii) Encargos Moratórios e demais encargos devidos sob as obrigações decorrentes das Debêntures; (iii) Juros Remuneratórios aplicáveis; e (iv) Valor Nominal Atualizado das Debêntures. A Emissora e a Garantidora, nos termos do Pacote de Garantias, permanecerão responsáveis pelo saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures que não tiverem sido pagas, sem prejuízo dos acréscimos dos Juros Remuneratórios, Encargos Moratórios e outros encargos incidentes sobre o saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures, enquanto não forem pagas, sendo considerada dívida líquida e certa, passível de cobrança extrajudicial ou por meio de processo de execução judicial.

8.1.6 Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures a Emissora deverá notificar a B3, de acordo com os termos e condições do manual de operações da B3, (a) imediatamente após a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, para que a B3 possa adotar as medidas operacionais necessárias para manter o ativo em seus sistemas; e (b) no prazo de 3 (três) Dias Úteis antes da data de pagamento dos valores previstos nos da Cláusula 8.1.4 acima, informando: (i) sobre o vencimento antecipado da totalidade das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão, com o consequente pagamento da totalidade das Debêntures; e (ii) o montante total a ser pago, respeitados os termos da Cláusula 8.1.5 acima.

**9. Agente Fiduciário**

9.1 A Emissora nomeia e constitui como agente fiduciário da Emissão o Agente Fiduciário, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina nessa qualidade e, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas

9.2 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de celebração desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a integral quitação de todas as obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Operação, ou até sua efetiva substituição.

9.3 Substituição. Em caso de impedimento, renúncia, intervenção ou liquidação extrajudicial do Agente Fiduciário, este deve ser substituído no prazo de até 30 (trinta) dias, mediante deliberação da assembleia geral de Debenturistas, que:

I.  será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas representando, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Emissora realizá-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário;

II. no caso de substituição do Agente Fiduciário, (a) tal substituição deve ser comunicada à CVM, no prazo de até 7 (sete) Dias Úteis, contados do registro do aditamento a esta Escritura de Emissão na JUCERJA; e (b) juntamente com a comunicação, devem ser encaminhadas à CVM a declaração e demais informações exigidas no caput e § 1º do art. 5 da Instrução CVM 583;

III. os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão realizados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços

IV. o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração recebida pelo anterior, caso (a) a Emissora não tenha concordado com o novo valor da remuneração do Agente Fiduciário proposto pela assembleia geral de Debenturistas a que se refere o inciso I acima; ou (b) a assembleia geral de Debenturistas a que se refere o inciso I acima não delibere sobre a matéria;

V. o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Emissora e aos Debenturistas nos termos da Cláusula 12 abaixo e por meio de publicação de anúncio nos Jornais de Publicação ou por meio de envio de notificação individual a todos os Debenturistas; e

VI. aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e regulações expedidas pela CVM.

9.4 Deveres. Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM, em especial a Instrução CVM 583, e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

I. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;

II. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

III. conservar em boa guarda toda a documentação relativa ao exercício de suas funções;

IV. verificar, mediante celebração desta Escritura de Emissão, a veracidade das informações relativas à Fiança e a consistência das demais informações contidas nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Operação, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

V. diligenciar junto à Emissora para que esta Escritura de Emissão e seus aditamentos sejam registrados na JUCERJA e demais órgãos competentes, conforme aplicável, adotando, no caso da omissão da Emissora, as medidas eventualmente previstas em lei;

VI. acompanhar a prestação das informações periódicas pela Emissora e alertar os Debenturistas, sobre inconsistências ou omissões de que tenha conhecimento;

VII. opinar sobre a suficiência das informações prestadas nas propostas de modificação das condições das Debêntures;

VIII. verificar a regularidade da constituição da Fiança, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Operação;

IX. solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, das Varas do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública, da localidade onde se situe a sede do estabelecimento principal ou do domicílio da Emissora e da Garantidora;

X. divulgar em sua página na rede mundial de computadores, em até 4 (quatro) meses após o fim do exercício social da Emissora, relatório anual previsto no Art. 68, parágrafo 1º, “b” da Lei da Sociedade por Ações.

XI. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;

XII. solicitar, quando considerar necessário, auditoria externa na Emissora;

XIII. convocar, quando necessário, assembleia geral de Debenturistas nos termos da Cláusula 10.3 abaixo;

XIV. comparecer às assembleias gerais de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

XV. manter atualizada a relação dos Debenturistas e de seus endereços;

XVI. comunicar aos Debenturistas qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações pecuniárias assumidas nesta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da ciência pelo Agente Fiduciário do inadimplemento;

XVII. encaminhar aos Debenturistas em até 5 (cinco) Dias Úteis do recebimento, qualquer informação referente à Oferta que tenha sido solicitada e/ou possa ser recebida;

XVIII. publicar em sua página na Internet o Valor Nominal Unitário das Debêntures e os juros remuneratórios, calculados pela Emissora e outras participantes do mercado; e

XIX. tomar todas as medidas necessárias para o exercício de seus direitos e obrigações previstos nesta Escritura de Emissão.

9.5 Atribuições Especificas. No caso de inadimplemento de quaisquer obrigações da Emissora no âmbito da Emissão, o Agente Fiduciário deve usar de toda e qualquer medida prevista em lei ou nesta Escritura de Emissão para proteger direitos ou defender os interesses dos Debenturistas, na forma do artigo 12 da Instrução CVM 583 e, para essa finalidade, deverá o Agente Fiduciário:

I. observadas as condições desta Escritura de Emissão, declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures e cobrar seu valor principal e acessório;

II. observados os termos desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Operação, excutir o Pacote de Garantias e utilizar os recursos obtidos para o pagamento integral ou proporcional dos Debenturistas;

III. requerer a falência da Emissora, como autorizado pelos Debenturistas;

IV. tomar todas as medidas necessárias para a satisfação dos créditos devidos aos Debenturistas; e

V. representar os Debenturistas em qualquer procedimento de falência, insolvência (conforme aplicável), recuperação judicial ou extrajudicial, como também em intervenções ou em liquidação extrajudicial, se aplicável, em relação à Emissora.

9.6 A responsabilidade do Agente Fiduciário ficará dispensada em caso de não adoção das medidas contempladas na cláusula 9.5, apenas se, após a convocação de uma assembleia geral de Debenturistas, os Debenturistas autorizarem a dispensa mediante a aprovação da maioria das Debêntures em Circulação.

9.7 O Agente Fiduciário não será obrigado a realizar qualquer verificação de veracidade de qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para basear as suas decisões, e não será responsável pela elaboração desses documentos, permanecendo sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

9.8 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 10 abaixo, obrigando-se, tão-somente, a agir em conformidade com as instruções que lhe foram transmitidas pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 10 abaixo, e de acordo com as atribuições que lhe são conferidas por lei, pela Cláusula 9.4 acima e pelas demais disposições desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Operação. Nesse sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas que lhe forem transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 10 abaixo, e reproduzidas perante a Emissora.

9.9 A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 583, dos artigos aplicáveis da Lei de Sociedades por Ações, desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Operação, estando o Agente Fiduciário isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido das disposições legais e regulamentares aplicáveis, desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Operação.

9.10 Remuneração do Agente Fiduciário. Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nessa qualidade receberá uma remuneração:

* + - 1. de R$ 17.000,00 (dezessete mil), devido pela Emissora para cada período de 12 (doze) meses a contar da Data da Emissão, sendo a primeira parcela da remuneração devida no 5º (quinto) dia contado da data de celebração desta Escritura de Emissão e as demais parcelas devidas no mesmo dia dos anos subsequentes. Tais pagamentos serão devidos até a liquidação integral das Debêntures, caso estas não sejam quitadas na data de seu vencimento;
      2. reajustada anualmente, ou na menor periodicidade prevista em lei, a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, pela variação acumulada positiva do IPCA ou do índice que eventualmente o substitua, calculada *pro rata temporis*, se necessário;
      3. acrescida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, da Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS, da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e de quaisquer outros tributos e despesas que venham a incidir sobre a remuneração devida ao Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;
      4. em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor em atraso, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado pro rata die;
      5. nos casos de inadimplemento no pagamento das Debêntures, de reestruturação das condições das Debêntures após a emissão, de participação em reuniões ou conferências telefônicas, antes ou depois da Emissão ou de atendimento à solicitações extraordinárias da Emissora, será devido ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais atividades bem como por cada hora-homem de trabalho dedicado a (i) comentários aos documentos da Emissão durante a estruturação da mesma, caso a Emissão não venha a se efetivar; (ii) execução das garantias, conforme o caso; (iii) participação em reuniões formais ou virtuais com a Emissora e/ou com investidores; e (iv) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de “relatório de horas” à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados a alteração (i) das garantias, conforme o caso; (ii) prazos de pagamento; e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados a amortização das Debêntures não são considerados como trabalhos relacionados à reestruturação das Debêntures;
      6. no caso de celebração de aditamentos aos instrumentos da Emissão bem como nas horas externas ao escritório do Agente Fiduciário, serão cobradas, adicionalmente, o valor de R$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais atividades;
      7. os impostos incidentes sobre a remuneração serão acrescidos as parcelas mencionadas acima nas datas de pagamento. Além disso, todos os valores mencionados acima serão atualizados pelo IPCA, sempre na menor periodicidade permitida em lei, a partir da data de assinatura da Escritura de Emissão;
      8. em atendimento ao Ofício-Circular CVM/SER Nº 02/19, o Agente Fiduciário poderá, às expensas da Emissora, contratar terceiro especializado para avaliar ou reavaliar, o valor das garantias prestadas, conforme o caso, bem como solicitar informações e comprovações que entender necessárias, na forma prevista no referido Ofício-Circular;
      9. não haverá devolução de valores já recebidos pelo Agente Fiduciário a título da prestação de serviço, exceto se o valor tiver sido pago incorretamente; e
      10. eventuais obrigações adicionais atribuídas ao Agente Fiduciário ou alterações nas características ordinárias da Emissão facultarão ao Agente Fiduciário a revisão dos honorários propostos

9.11 Reembolso ao Agente Fiduciário. O Agente Fiduciário será reembolsado pela Emissora por todas as despesas razoáveis e devidamente documentadas que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, no prazo de até 10 (dez) dias contados da data de entrega de cópia dos documentos comprobatórios neste sentido, desde que as despesas tenham sido previamente aprovadas pela Emissora, incluindo, mas não limitado, a despesas com:

* + - 1. publicação de relatórios, editais de convocação, avisos, notificações e outros, conforme previsto nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Operação, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
      2. extração de certidões;
      3. despesas cartorárias;
      4. transporte, viagens, alimentação e estadias, quando necessárias ao desempenho de suas funções nos termos desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Operação;
      5. despesas com fotocópias, digitalizações e envio de documentos;
      6. despesas com contatos telefônicos relacionados à Emissão;
      7. despesas com especialistas, tais como auditoria e fiscalização;
      8. contratação de assessoria jurídica aos Debenturistas; e
      9. custos associados à constituição e aperfeiçoamento do Pacote de Garantias, se aplicável.

9.12 Todas as despesas decorrentes de procedimentos legais, judiciais ou administrativos, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, correspondem a depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas, honorários de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 10 (dez) dias; e

9.13 O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou cobrar créditos devidos aos Debenturistas que não tenham sido quitados na forma prevista na cláusula 9.12 será acrescido à dívida da Emissora, tendo preferência sobre esta na ordem de pagamento.

9.14 Declarações e Garantias. O Agente Fiduciário neste ato, declara que:

I. é instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade limitada, de acordo com as leis brasileiras;

II. obteve todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas;

III. o(s) representante(s) legal(is) do Agente Fiduciário que assina(m) esta Escritura de Emissão tem(têm), conforme o caso, poderes societários e/ou delegados para vincular o Agente Fiduciário quanto às obrigações aqui previstas e, sendo mandatário(s), tem(têm) os poderes legitimamente outorgados, estando o(s) respectivo(s) mandato(s) em pleno vigor;

IV. esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes do Agente Fiduciário, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;

V. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas (a) não infringem o contrato social do Agente Fiduciário; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual o Agente Fiduciário seja parte; (c) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que o Agente Fiduciário esteja sujeito; e (d) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete o Agente Fiduciário e/ou qualquer de seus ativos;

VI aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;

VII. conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão e os demais Documentos da Operação e todos os seus termos e condições;

VIII. verificou a veracidade das informações relativas às garantias e a consistência das demais informações contidas nesta Escritura de Emissão, e nos outros documentos da operação, com base nas informações prestadas pela Emissora, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu de forma independente ou complementar nenhum procedimento para verificar a veracidade da informação prestada;

1. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
2. os serviços do Agente Fiduciário previstos nesta Escritura de Emissão são aqueles descritos na Lei 6.404/76 e na Instrução CVM nº 583.

XI. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei de Sociedades por Ações, a Instrução CVM 583, e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;

XII. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 6 da Instrução CVM 583;

XIII. não tem qualquer ligação com a Emissora ou com a Garantidora que o impeça de exercer suas funções; e

XIV.  na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário atua como agente fiduciário de outras emissões feitas pela Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora nas emissões listadas abaixo:

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: ATE V - LONDRINA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.** | |
| **Ativo:** Debênture | |
| **Série:** 1 | **Emissão:** 1ª |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 51.243.000,00 | **Quantidade de ativos:** 51.243 |
| **Data de Vencimento:** 31/10/2028 | |
| **Taxa de Juros:** 100% do CDI + 1,0862% a.a. na base 252. | |
| **Status:** Ativa | |
| **Pendências no período:** A Emissora não apresentou os seguintes documentos: - Cópia do Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia e/ou declaração emitida por instituições que prestam os serviços de escrituração e/ou custódia dos Bens e Direitos Alienados Fiduciariamente contendo a anotação descrita nas Cláusulas 5.1.1 e 5.1.2 do Contrato de AF de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; - Documentos, devidamente averbados no Cartório de RTD das sedes de todas as Partes, que comprovem o cumprimento da Condição Suspensiva, nos termos das Cláusulas 4.2 e 4.2.2 do Contrato de AF de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; - Protocolos, ARs e Notificações de cessão assinadas enviadas as contrapartes dos Contratos de Transmissão, nas formas dos Anexos VI(A), VI(B) e VI(C); e - ARs do Contrato de AF de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios. Cláusula 5.2.2 do referido contrato. | |
| **Garantias:** Com Garantia Real prestada por meio de Alienação Fiduciária da totalidade das Ações da Emissora. Com Garantia Adicional Fidejussória, prestada pela Evoltz Participações S.A., por intermédio de Fiança. | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: ATE V - LONDRINA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.** | |
| **Ativo:** Debênture | |
| **Série:** 2 | **Emissão:** 1ª |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 4.757.000,00 | **Quantidade de ativos:** 4757 |
| **Data de Vencimento:** 31/10/2029 | |
| **Taxa de Juros:** 100% do CDI + 3,35% a.a. na base 252**.** | |
| **Status:** Ativa | |
| **Pendências no período:** A Emissora não apresentou os seguintes documentos: - Cópia do Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia e/ou declaração emitida por instituições que prestam os serviços de escrituração e/ou custódia dos Bens e Direitos Alienados Fiduciariamente contendo a anotação descrita nas Cláusulas 5.1.1 e 5.1.2 do Contrato de AF de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; - Documentos, devidamente averbados no Cartório de RTD das sedes de todas as Partes, que comprovem o cumprimento da Condição Suspensiva, nos termos das Cláusulas 4.2 e 4.2.2 do Contrato de AF de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; - Protocolos, ARs e Notificações de cessão assinadas enviadas as contrapartes dos Contratos de Transmissão, nas formas dos Anexos VI(A), VI(B) e VI(C); e - ARs do Contrato de AF de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios. Cláusula 5.2.2 do referido contrato. | |
| **Garantias:** Com Garantia Real prestada por meio de Alienação Fiduciária da totalidade das Ações da Emissora. Com Garantia Adicional Fidejussória, prestada pela Evoltz Participações S.A., por intermédio de Fiança. | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: ATE VI - CAMPOS NOVOS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.** | |
| **Ativo:** Debênture | |
| **Série:** 1 | **Emissão:** 1ª |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 61.138.000,00 | **Quantidade de ativos:** 61138 |
| **Data de Vencimento:** 31/10/2028 | |
| **Taxa de Juros:** 100% do CDI + 1,0862% a.a. na base 252. | |
| **Status:** Ativa | |
| **Pendências no período:** A Emissora não apresentou os seguintes documentos: - Cópia do Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia e/ou declaração emitida por instituições que prestam os serviços de escrituração e/ou custódia dos Bens e Direitos Alienados Fiduciariamente contendo a anotação descrita nas Cláusulas 5.1.1 e 5.1.2 do Contrato de AF de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios. - Documentos, devidamente averbados no Cartório de RTD das sedes de todas as Partes, que comprovem o cumprimento da Condição Suspensiva, nos termos das Cláusulas 4.2 e 4.2.2 do Contrato de AF de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; - Protocolos, ARs e Notificações de cessão assinadas enviadas as contrapartes dos Contratos de Transmissão, nas formas dos Anexos VI(A), VI(B) e VI(C); e - ARs do Contrato de AF de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios. Cláusula 5.2.2 do referido contrato. | |
| **Garantias:** Com Garantia Real prestada por meio de Alienação Fiduciária da totalidade das Ações da Emissora. Com Garantia Adicional Fidejussória, prestada pela Evoltz Participações S.A., por intermédio de Fiança. | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: ATE VI - CAMPOS NOVOS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.** | |
| **Ativo:** Debênture | |
| **Série:** 2 | **Emissão:** 1ª |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 5.862.000,00 | **Quantidade de ativos:** 5862 |
| **Data de Vencimento:** 31/10/2029 | |
| **Taxa de Juros:** 100% do CDI + 3,35% a.a. na base 252. | |
| **Status:** Ativa | |
| **Pendências no período:** A Emissora não apresentou os seguintes documentos: - Cópia do Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia e/ou declaração emitida por instituições que prestam os serviços de escrituração e/ou custódia dos Bens e Direitos Alienados Fiduciariamente contendo a anotação descrita nas Cláusulas 5.1.1 e 5.1.2 do Contrato de AF de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios. - Documentos, devidamente averbados no Cartório de RTD das sedes de todas as Partes, que comprovem o cumprimento da Condição Suspensiva, nos termos das Cláusulas 4.2 e 4.2.2 do Contrato de AF de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; - Protocolos, ARs e Notificações de cessão assinadas enviadas as contrapartes dos Contratos de Transmissão, nas formas dos Anexos VI(A), VI(B) e VI(C); e - ARs do Contrato de AF de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios. Cláusula 5.2.2 do referido contrato. | |
| **Garantias:** Com Garantia Real prestada por meio de Alienação Fiduciária da totalidade das Ações da Emissora. Com Garantia Adicional Fidejussória, prestada pela Evoltz Participações S.A., por intermédio de Fiança. | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: ATE VII - FOZ DO IGUAÇU TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.** | |
| **Ativo:** Debênture | |
| **Série:** 1 | **Emissão:** 1ª |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 38.809.000,00 | **Quantidade de ativos:** 38809 |
| **Data de Vencimento:** 31/10/2028 | |
| **Taxa de Juros:** 100% do CDI + 1,0862% a.a. na base 252. | |
| **Status:** Ativo | |
| **Pendências no período:** A Emissora não apresentou os seguintes documentos: - Cópia do Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia e/ou declaração emitida por instituições que prestam os serviços de escrituração e/ou custódia dos Bens e Direitos Alienados Fiduciariamente contendo a anotação descrita nas Cláusulas 5.1.1 e 5.1.2 do Contrato de AF de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; - Documentos, devidamente averbados no Cartório de RTD das sedes de todas as Partes, que comprovem o cumprimento da Condição Suspensiva, nos termos das Cláusulas 4.2 e 4.2.2 do Contrato de AF de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; - Protocolos, ARs e Notificações de cessão assinadas enviadas as contrapartes dos Contratos de Transmissão, nas formas dos Anexos VI(A), VI(B) e VI(C); e - ARs do Contrato de AF de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios. Cláusula 5.2.2 do referido contrato. | |
| **Garantias:** Com Garantia Real prestada por meio de Alienação Fiduciária da totalidade das Ações da Emissora. Com Garantia Adicional Fidejussória, prestada pela Evoltz Participações S.A., por intermédio de Fiança. | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: ATE VII - FOZ DO IGUAÇU TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.** | |
| **Ativo:** Debênture | |
| **Série:** 2 | **Emissão:** 1ª |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 3.191.000,00 | **Quantidade de ativos:** 3191 |
| **Data de Vencimento:** 31/10/2029 | |
| **Taxa de Juros:** 100% do CDI + 3,35% a.a. na base 252. | |
| **Status:** Ativa | |
| **Pendências no período:** A Emissora não apresentou os seguintes documentos: - Cópia do Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia e/ou declaração emitida por instituições que prestam os serviços de escrituração e/ou custódia dos Bens e Direitos Alienados Fiduciariamente contendo a anotação descrita nas Cláusulas 5.1.1 e 5.1.2 do Contrato de AF de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; - Documentos, devidamente averbados no Cartório de RTD das sedes de todas as Partes, que comprovem o cumprimento da Condição Suspensiva, nos termos das Cláusulas 4.2 e 4.2.2 do Contrato de AF de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; - Protocolos, ARs e Notificações de cessão assinadas enviadas as contrapartes dos Contratos de Transmissão, nas formas dos Anexos VI(A), VI(B) e VI(C); e - ARs do Contrato de AF de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios. Cláusula 5.2.2 do referido contrato. | |
| **Garantias:** Com Garantia Real prestada por meio de Alienação Fiduciária da totalidade das Ações da Emissora. Com Garantia Adicional Fidejussória, prestada pela Evoltz Participações S.A., por intermédio de Fiança. | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: ATE VIII TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.** | |
| **Ativo:** Debênture | |
| **Série:** 1 | **Emissão:** 1ª |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 21.277.000,00 | **Quantidade de ativos:** 21277 |
| **Data de Vencimento:** 31/10/2028 | |
| **Taxa de Juros:** 100% do CDI + 1,0862% a.a. na base 252. | |
| **Status:** Ativa | |
| **Pendências no período:** A Emissora não apresentou os seguintes documentos: - Via original da Escritura de Emissão, registrada no RTD-RJ; - Cópia das Notificações com AR as contrapartes indicadas no Anexo IV, conforme cláusula 5.2.2. do Contrato de AF de Ações e Cessão Fiduciária; e - Comprovante da averbação das ações, conforme cláusula 5.1.1. do Contrato de AF de Ações e Cessão Fiduciária. | |
| **Garantias:** Com Garantia Real prestada por meio de Alienação Fiduciária da totalidade das Ações da Emissora. Com Garantia Adicional Fidejussória, prestada pela Evoltz Participações S.A., por intermédio de Fiança. | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: ATE VIII TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.** | |
| **Ativo:** Debênture | |
| **Série:** 2 | **Emissão:** 1ª |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 3.723.000,00 | **Quantidade de ativos:** 3723 |
| **Data de Vencimento:** 31/10/2029 | |
| **Taxa de Juros:** 100% do CDI + 3,35% a.a. na base 252. | |
| **Status:** Ativa | |
| **Pendências no período:** A Emissora não apresentou os seguintes documentos: - Via original da Escritura de Emissão, registrada no RTD-RJ; - Cópia das Notificações com AR as contrapartes indicadas no Anexo IV, conforme cláusula 5.2.2. do Contrato de AF de Ações e Cessão Fiduciária; - Comprovante da averbação das ações, conforme cláusula 5.1.1. do Contrato de AF de Ações e Cessão Fiduciária. | |
| **Garantias:** Com Garantia Real prestada por meio de Alienação Fiduciária da totalidade das Ações da Emissora. Com Garantia Adicional Fidejussória, prestada pela Evoltz Participações S.A., por intermédio de Fiança. | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S.A.** | |
| **Ativo:** Debênture | |
| **Série:** 1 | **Emissão:** 1ª |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 28.000.000,00 | **Quantidade de ativos:** 28000 |
| **Data de Vencimento:** 16/12/2020 | |
| **Taxa de Juros:** 100% do CDI + 1,4% a.a. na base 252. | |
| **Status:** Ativa | |

**10. Assembleia Geral de Debenturistas**

10.1  Os Debenturistas poderão, a qualquer momento, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei de Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

10.2 As assembleias gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

10.3 A convocação das assembleias gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos Jornais de Publicação, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei de Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão. A convocação será dispensada no caso da presença da totalidade dos Debenturistas na respectiva assembleia.

10.4 As assembleias gerais de Debenturistas serão realizadas no prazo de 8 (oito) dias contados da data de publicação do respectivo edital da primeira convocação ou, caso o quórum de instalação não seja atingido, no prazo de 5 (cinco) dias contados da data de publicação do novo edital de convocação.

10.5 As assembleias gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação mais uma, e, em segunda convocação, com qualquer quórum.

10.6 A presidência e a secretaria das assembleias gerais de Debenturistas caberão aos Debenturistas eleitos por estes próprios, representantes do Agente Fiduciário e daqueles que forem designados pela CVM.

10.7  Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas, a cada uma das Debêntures em Circulação presentes caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação, exceto pelos demais quóruns específicos previstos na Escritura de Emissão.

10.8 O aditamento das seguintes matérias não serão objeto do quórum estabelecido no item 10.7 acima, estando sujeito à aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) das Debêntures em Circulação: (i) Juros Remuneratórios das Debêntures; (ii) quóruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão; (iii) Data de Vencimento; (iv) amortização antecipada voluntária, resgate antecipado voluntário e resgate antecipado obrigatório das Debêntures; (v) termos e condições dos Eventos de Inadimplemento, inclusive sua exclusão, sem prejuízo do quórum regular para renúncias temporárias ao direito de vencimento antecipado das Debêntures pelos Debenturistas; e (vi) alteração das garantias oferecidas no âmbito do Pacote de Garantias.

10.9 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns previstos nesta Escritura de Emissão, serão válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão todos os Debenturistas independentemente de seu comparecimento ou voto na respectiva assembleia geral de Debenturistas.

10.10 Fica desde já certo e ajustado que esta Escritura de Emissão poderá ser alterada, sem a necessidade de aprovação pelos Debenturistas, desde que não haja qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas e somente quando tal alteração decorrer (i) da necessidade de atendimento a exigências de adequação a normas legais, regulamentares ou exigências da CVM, da ANBIMA e da B3; (ii) de correção de erros imateriais, seja ele um erro grosseiro, de digitação ou aritmético; (iii) alterações a quaisquer Documentos da Operação já expressamente permitidas nos termos do(s) respectivo(s) Documentos da Operação; ou (iv) da atualização dos dados cadastrais das partes, tais como alteração na denominação social, endereço e telefone, entre outros.

10.11 O Agente Fiduciário deverá comparecer às assembleias gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

10.12 Será obrigatória a presença dos representantes legais da Emissora nas assembleias gerais de Debenturistas convocadas pela Emissora, enquanto que nas assembleias convocadas pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, a presença dos representantes legais da Emissora será facultativa, a não ser quando ela seja solicitada pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, conforme o caso, hipótese em que será obrigatória.

10.13 Aplica-se às assembleias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei de Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

**11. Despesas**

11.1 Correrão por conta da Emissora todos os custos incorridos com a Emissão e a Oferta e com a estruturação, emissão, registro, depósito e execução das Debêntures e do Pacote de Garantias, incluindo publicações, inscrições, registros, depósitos, contratação dos Prestadores de Serviço e as respectivas despesas efetuadas por esses, e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures e ao Pacote de Garantias.

**12. Comunicações**

12.1 Todas as comunicações realizadas nos termos desta Escritura de Emissão devem ser sempre realizadas por escrito ou por correio eletrônico, para os endereços abaixo, e serão consideradas recebidas quando entregues, sob protocolo ou mediante “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. As comunicações realizadas por correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). A alteração de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado.

* + 1. Para a Emissora:

**EVOLTZ IV - SÃO MATEUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**

Avenida Embaixador Abelardo Bueno, nº 199, 2º andar, sala 204

CEP 22.775-040

Rio de Janeiro - RJ

Att: Denise Araújo Francisco

Telefone: (21) 3267-1182

E-mail: [denise.francisco@evoltz.com.br](mailto:denise.francisco@evoltz.com.br)

* + 1. Para a Garantidora:

**EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S.A.**

Avenida Embaixador Abelardo Bueno, nº 199, 2º andar, sala 204

CEP 22.775-040

Rio de Janeiro - RJ

Att: Denise Araújo Francisco

Telefone: (21) 3267-1182

E-mail: [denise.francisco@evoltz.com.br](mailto:denise.francisco@evoltz.com.br)

* + 1. Para o Agente Fiduciário:

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUÍDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Avenida das Américas, 3.434, bloco 07, sala 201,

CEP 22640-102 – Rio de Janeiro – RJ

Att: Maria Carolina A. Lodi de Oliveira

Telefone: (21) 3514-0000

E-mail: ger2.agente@oliveiratrust.com.br

* + 1. Para o Escriturador:

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUÍDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Avenida das Américas, 3.434, bloco 07, sala 201,

CEP 22640-102 – Rio de Janeiro – RJ

Att: João Bezerra

Telefone: (21) 3514-0000

E-mail: sqescrituracao@oliveiratrust.com.br

* + 1. Para o Agente de Liquidação:

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUÍDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Avenida das Américas, 3.434, bloco 07, sala 201,

CEP 22640-102 – Rio de Janeiro – RJ

Att: João Bezerra

Telefone: (21) 3514-0000

E-mail: sqescrituracao@oliveiratrust.com.br

**13. Disposições Gerais**

13.1 As obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.

13.2 Qualquer alteração a esta Escritura de Emissão somente será considerada válida e eficaz se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as partes.

13.3 A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas.

13.4 Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos, nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.

13.5 As partes reconhecem esta Escritura de Emissão e as Debêntures como títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 784, incisos I e III, do Código de Processo Civil.

13.6 Para os fins desta Escritura de Emissão, as partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 497 e seguintes, 538, 806 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das obrigações relacionadas às Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão.

**14. Lei Aplicável**

14.1 Esta Escritura de Emissão é regida pelas leis da República Federativa do Brasil.

**15. Foro**

15.1  As partes elegem o foro da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer disputas, controvérsias ou demandas oriundas de, ou relacionadas a esta Escritura de Emissão, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas, que também a assinam.

10 de novembro de 2020.

*[AS ASSINATURAS SEGUEM NAS PÁGINAS SEGUINTES]*

*[RESTANTE DESTA PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]*

*Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Evoltz IV - São Mateus Transmissora de Energia S.A. – Página de Assinaturas 1/4.*

**EVOLTZ IV - SÃO MATEUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome: Cargo: |  | Nome: Cargo: |

*Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Evoltz IV - São Mateus Transmissora de Energia S.A. – Página de Assinaturas 2/4.*

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome: Cargo: |  | Nome: Cargo: |

*Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Evoltz IV - São Mateus Transmissora de Energia S.A. – Página de Assinaturas 3/4.*

**EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S.A.**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome: Cargo: |  | Nome: Cargo: |

*Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Evoltz IV - São Mateus Transmissora de Energia S.A. – Página de Assinaturas 4/4.*

**TESTEMUNHAS**:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome: CPF: |  | Nome: CPF: |

**ANEXO I**

*Valores Cash EBITDA Mínimo da Emissora*

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| *Data Base de Verificação* | *Período de Apuração* | Cash EBITDA Mínimo (em R$) |
| 15 de outubro de 2021 | 01 de janeiro de 2021 a 30 de junho de 2021 | 5.577.132 |
| 15 de abril de 2022 | 01 de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021 | 6.867.205 |
| 15 de outubro de 2022 | 01 de janeiro de 2022 a 30 de junho de 2022 | 8.157.277 |
| 15 de abril de 2023 | 01 de julho de 2022 a 31 de dezembro de 2022 | 8.726.726 |
| 15 de outubro de 2023 | 01 de janeiro de 2023 a 30 de junho de 2023 | 9.296.175 |
| 15 de abril de 2024 | 01 de julho de 2023 a 31 de dezembro de 2023 | 9.392.231 |
| 15 de outubro de 2024 | 01 de janeiro de 2024 a 30 de junho de 2024 | 9.488.287 |
| 15 de abril de 2025 | 01 de julho de 2024 a 31 de dezembro de 2024 | 8.672.304 |
| 15 de outubro de 2025 | 01 de janeiro de 2025 a 30 de junho de 2025 | 7.856.321 |
| 15 de abril de 2026 | 01 de julho de 2025 a 31 de dezembro de 2025 | 5.814.942 |
| 15 de outubro de 2026 | 01 de janeiro de 2026 a 30 de junho de 2026 | 3.773.563 |
| 15 de abril de 2027 | 01 de julho de 2026 a 31 de dezembro de 2026 | 3.825.310 |
| 15 de outubro de 2027 | 01 de janeiro de 2027 a 30 de junho de 2027 | 3.877.057 |

**ANEXO II**

**METODOLOGIA DE CÁLCULO DO CASH EBITDA**

|  |  |
| --- | --- |
| **(=) Lucro antes de Imposto de Renda e Contribuição Social** |  |
| (+) Depreciação e Amortização |  |
| (+) Resultado Financeiro Líquido |  |
| **(=) EBITDA Recorrente** | **(A)** |
| (+/-) Provisões / Reversão de Provisões para Contingências | **(B)** |
| (-) Investimentos [Capex] | **(C)** |
| (-) Imposto de Renda e Contribuições Sociais pagas | **(D)** |
| (+/-) Depósitos Judiciais | **(E)** |
| (-) Desembolsos de P&D anteriores | **(F)** |
| (-) Ajuste Conforme Cronograma de Litígios | **(G)** |
| **(=) EBITDA Ajustado para Cash Sweep** |  |

Onde:

* + - 1. EBITDA: Lucro líquido antes de impostos, acrescido do resultado financeiro líquido, depreciação, amortização e exaustão;
      2. Provisões / Reversão de Provisões para Contingências: exclusão de impactos negativos relacionados a contingências ou positivos relacionados à reversão de contingência (tributárias, trabalhistas, imobiliárias, civis, etc., de anos anteriores), portanto, não recorrentes;
      3. Investimentos: subtração de compras de ativos de longo prazo (CAPEX);
      4. Imposto de Renda e Contribuições Sociais pagos: subtração de valores pagos a título de impostos;
      5. Depósitos Judiciais: subtração de depósitos judiciais realizados, adição de depósitos judiciais recuperados devido a decisões judiciais em favor da companhia;
      6. Desembolsos de P&D anteriores: subtração de valores pagos a título de P&D que já impactaram os resultados dos períodos anteriores.
      7. Pagamentos de litígios conforme Cronograma de Litígios abaixo: subtrair a diferença entre os montantes referentes a litígios do Cronograma de Litígios abaixo dos montantes efetivamente pagos.

**ANEXO III**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Data de Início** | **Advogados** | **Número atual do processo** | **Tipo de Ação** | **Natureza** | **Réu** | **UF Foro** | **Fase Atual** | **Natureza Financeira Julho** | **Natureza Financeira Agosto** | **Probabilidade junho** | **Probabilidade Agosto** | **Valor Provável Atualizado Agosto** | **Valor Possível Atualizado Agosto** | **Previsão de Desembolso do Processo** | **Depósito Judicial** |
| 26/03/2013 | Sacha Calmon, Misabel Derzi Consultores e Advogados | 0000204-02.2013.8.16.0185 | Execução Fiscal | Tributário | ATE IV - São Mateus Transmissora de Energia S/A | PR | Instrutória | Passivo | Passivo | Possível | Possível | R$ 495.606,16 | R$ 0,00 | R$ 495.606,16 | N/A |
| 16/12/2009 | SBC Law - Santana e Bertolami Advogados | 0007538-32.2009.8.24.0015 | Servidão de Passagem | Fundiário | Helio Mariano Canena | SC | Instrutória | Passivo | Passivo | Possível | Possível | R$ 0,00 | R$ 28.200,58 | R$ 72.000,00 | R$ 4.063,60 |
| 27/10/2009 | SBC Law - Santana e Bertolami Advogados | 0006340-57.2009.8.24.0015 | Servidão de Passagem | Fundiário | SM Soluções Metálicas Ltda | SC | Instrutória | Passivo | Passivo | Possível | Possível | R$ 0,00 | R$ 44.430,80 | R$ 44.430,80 | R$ 6.293,75 |
| 05/11/2009 | SBC Law - Santana e Bertolami Advogados | 0001535-42.2009.8.16.0158 | Servidão de Passagem | Fundiário | Oficina Nobel Mecânica Ltda. | PR | Instrutória | Passivo | Passivo | Possível | Possível | R$ 0,00 | R$ 60.750,14 | R$ 67.000,00 | R$ 8.684,86 |
| 27/02/2009 | SBC Law - Santana e Bertolami Advogados | 0002700-35.2009.8.16.0026 | Servidão de Passagem | Fundiário | Ricardo Jaco Skraba | PR | Cumprimento de Sentença | Passivo | Passivo | Provável | Provável | R$ 146.524,41 | R$ 0,00 | R$ 173.000,00 | R$ 19.397,74 |
| 27/02/2009 | SBC Law - Santana e Bertolami Advogados | 0002920-36.2009.8.16.0025 | Servidão de Passagem | Fundiário | Emílio Cornelsen Neto | PR | Decisória | Passivo | Passivo | Provável | Provável | R$ 115.065,67 | R$ 0,00 | R$ 134.000,00 | R$ 15.232,02 |
| 29/07/2009 | SBC Law - Santana e Bertolami Advogados | 0003388-97.2009.8.16.0025 | Servidão de Passagem | Fundiário | Petróleo Brasileiro S/A Petrobrás | PR | Execução | Passivo | Passivo | Provável | Provável | R$ 321.222,13 | R$ 0,00 | R$ 371.000,00 | R$ 12.018,30 |
| 11/05/2009 | SBC Law - Santana e Bertolami Advogados | 0003389-82.2009.8.16.0025 | Interdito Proibitório | Fundiário | ATE IV - São Mateus Transmissora de Energia S/A | PR | Execução | Passivo | Passivo | Provável | Provável | R$ 237.650,60 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | N/A |
| 13/01/2010 | SBC Law - Santana e Bertolami Advogados | 0000089-86.2010.8.24.0015 | Servidão de Passagem | Fundiário | Espólio de Acir Woitexen | SC | Recurso | Passivo | Passivo | Provável | Provável | R$ 72.173,79 | R$ 0,00 | R$ 87.000,00 | R$ 5.128,90 |
| 17/06/2009 | SBC Law - Santana e Bertolami Advogados | 0001814-36.2009.8.16.0026 | Servidão de Passagem | Fundiário | Timbutuva Empreendimentos Ltda | PR | Instrutória | Passivo | Passivo | Possível | Possível | R$ 0,00 | R$ 562.505,10 | R$ 500.000,00 | R$ 77.416,07 |
| 19/03/2009 | SBC Law - Santana e Bertolami Advogados | 0003626-19.2009.8.16.0025 | Servidão de Passagem | Fundiário | Danny João Berte | PR | Instrutória | Passivo | Passivo | Possível | Possível | R$ 0,00 | R$ 258.501,94 | R$ 303.000,00 | R$ 34.482,45 |
| 19/03/2009 | SBC Law - Santana e Bertolami Advogados | 0002887-46.2009.8.16.0025 | Servidão de Passagem | Fundiário | Luiz Rogério Felipak | PR | Acordo Concluído | Passivo | Passivo | Remota | Remota | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 103.092,84 |
| 19/03/2009 | SBC Law - Santana e Bertolami Advogados | 0001982-38.2009.8.16.0026 | Servidão de Passagem | Fundiário | Wiliam Haj Mussi | PR | Instrutória | Passivo | Passivo | Possível | Possível | R$ 0,00 | R$ 947.086,08 | R$ 960.000,00 | R$ 138.927,61 |
| 07/02/2017 | SBC Law - Santana e Bertolami Advogados | 0006439-51.2017.4.01.3400 | Anulatória | Regulatório | Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL | DF | Decisória | Passivo | Passivo | Remota | Remota | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | N/A |
| 08/10/2015 | SBC Law - Santana e Bertolami Advogados | 0002867-62.2015.5.10.0801 | Reclamação Trabalhista | Trabalhista | ATE IV - São Mateus Transmissora de Energia S/A | TO | Arquivado | Passivo | Passivo | Provável | Provável | R$ 2.521,60 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | N/A |
| 08/10/2015 | SBC Law - Santana e Bertolami Advogados | 0000003-14.2016.5.10.0802 | Reclamação Trabalhista | Trabalhista | ATE IV - São Mateus Transmissora de Energia S/A | TO | Arquivado | Passivo | Passivo | Provável | Provável | R$ 4.811,11 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | N/A |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **EVOLTZ IV - SÃO MATEUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.** | **2020** | **2021** | **2022** | **TOTAL** |
| 0 | 2.711.431 | 495.606 | 3.207.037 |